



*TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ*

Contas de Governo

Exercício de 2011

Conselheira Relatora

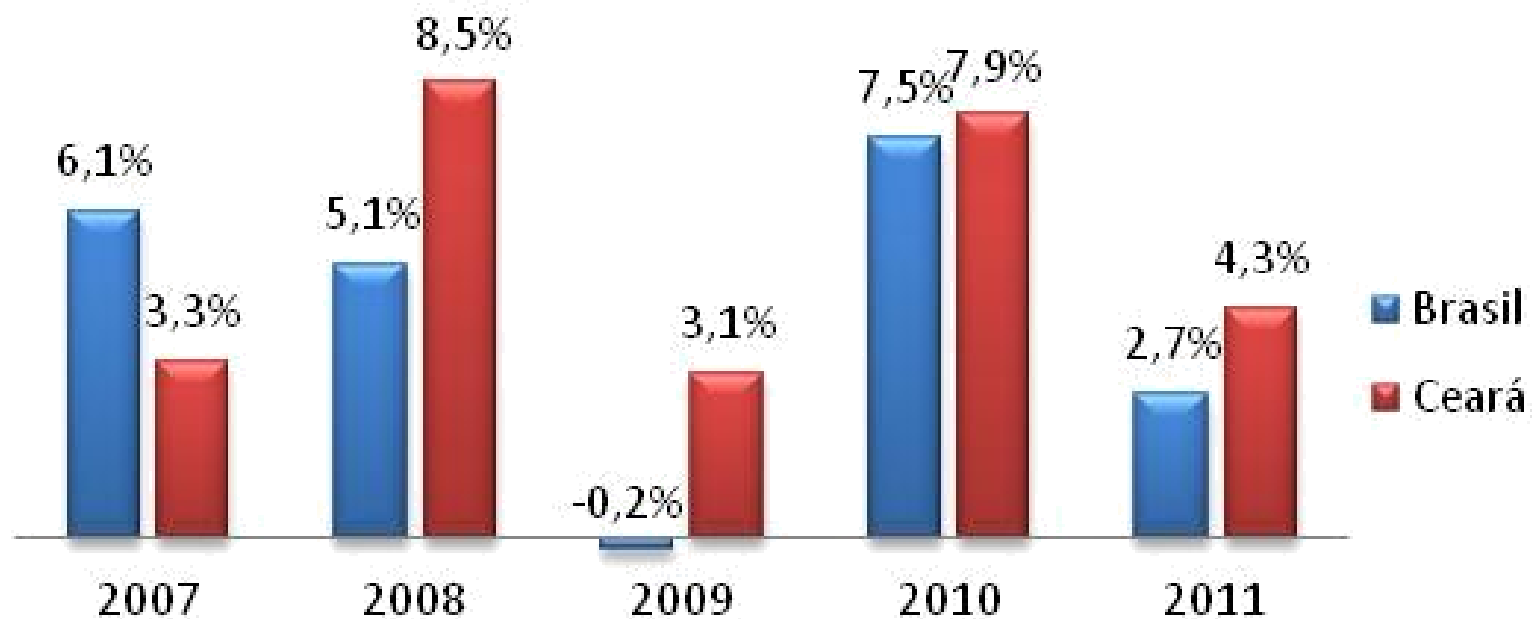
Soraia Thomaz Dias Victor



1. DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE



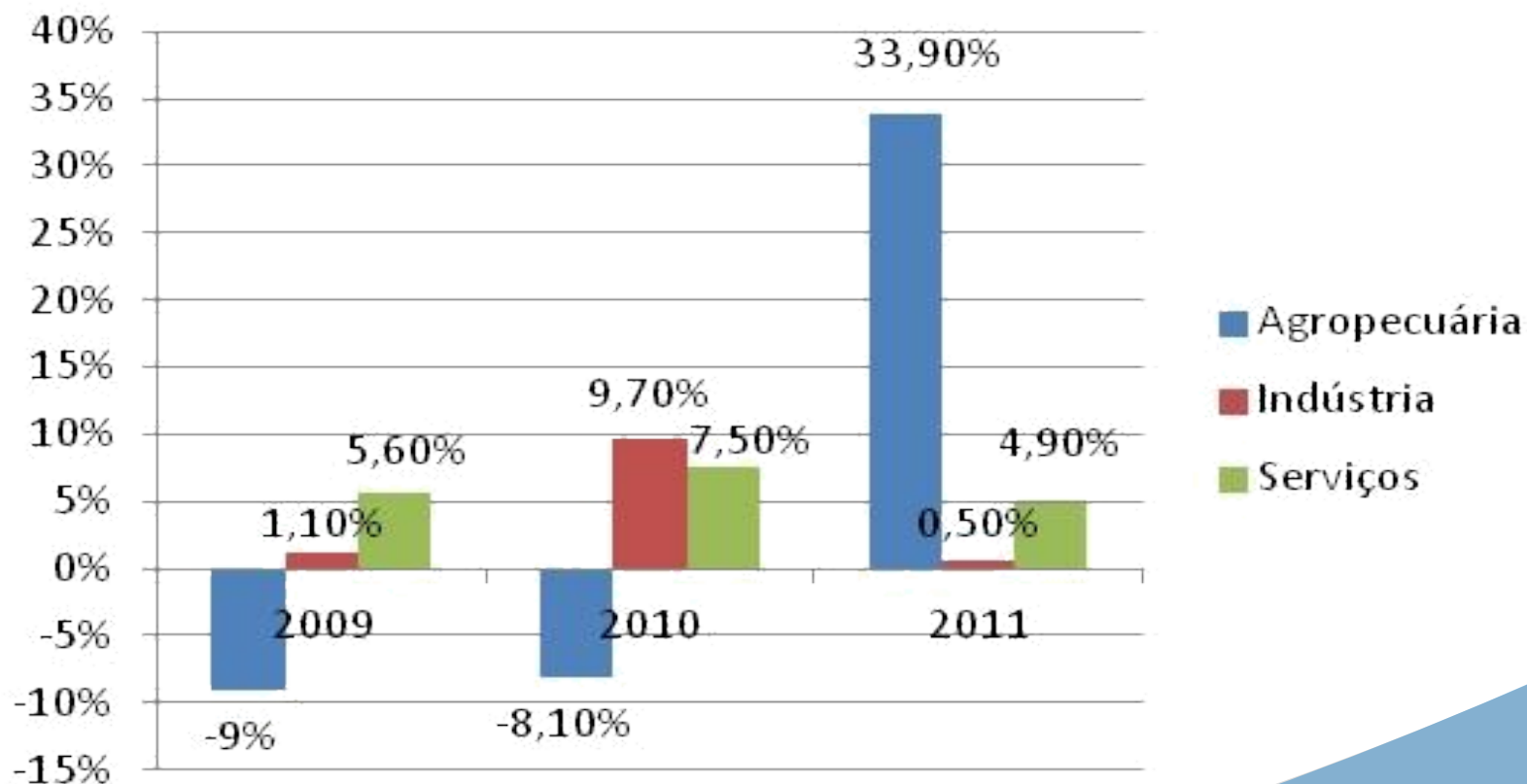
PIB Brasil X PIB Ceará



Fonte: IBGE



Participação Setorial no PIB Estadual (2009-2011)



Fonte: IPECE



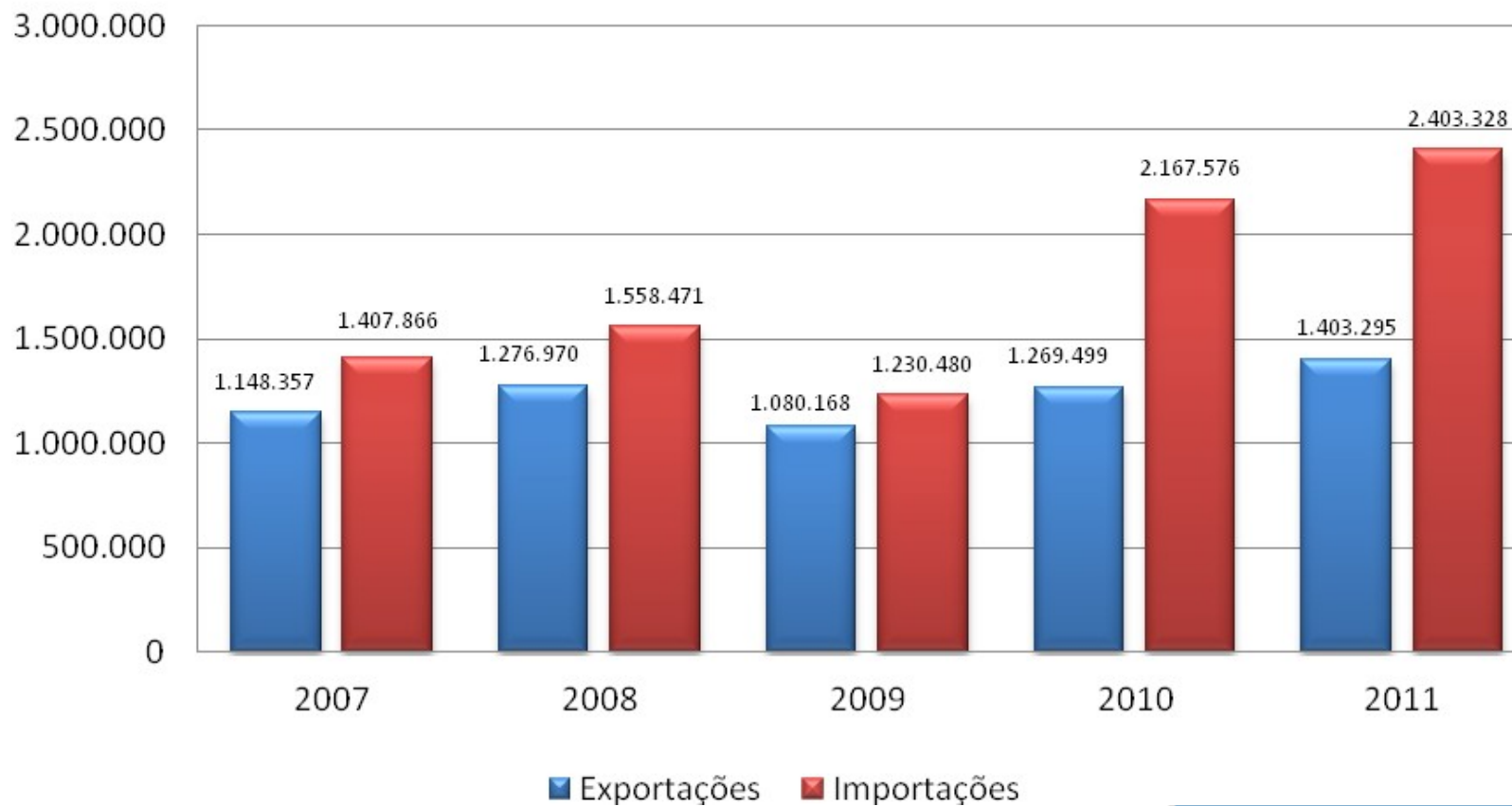
Geração de Emprego Formal

Anos	Saldo
2007	39.722
2008	41.441
2009	64.436
2010	84.550
2011	57.054
2007-2011	287.203

Fonte: CAGED – MTE



Importações X Exportações



Fonte: SECEX/MDIC



Carga Tributária do Estado em Cinco Anos

R\$ milhões

	2007	2008	2009	2010	2011
Tributos					
Impostos, Taxas e Contribuições	4.420	5.314	5.799	6.966	7.817
Receita da Dívida Ativa Tributária	23	25	57	57	53
Total dos Tributos	4.443	5.339	5.856	7.023	7.870
PIB (IBGE)	50.331	60.099	64.173	74.949	84.000
Carga Tributária (em relação ao PIB do Estado)	8,83%	8,88%	9,13%	9,37%	9,37%

Fonte: Balanço Geral do Estado e IBGE

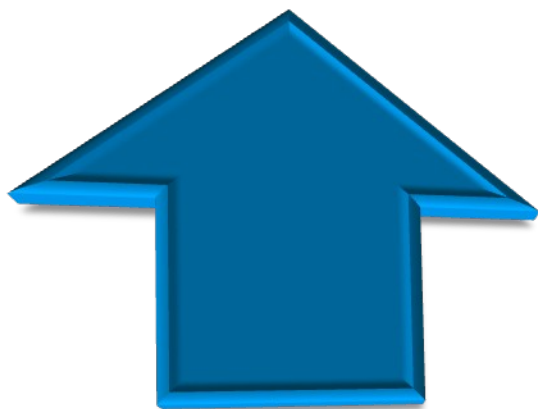


Pobreza no Ceará

- ◉ O Estado do Ceará representa aproximadamente 4% da população total do Brasil, mas reúne mais de 9% de toda a população extremamente pobre brasileira.
- ◉ O Censo Demográfico de 2010 constatou que em todas as regiões do País existe uma maior incidência de pessoas extremamente pobres nas áreas rurais.
- ◉ No Ceará, das pessoas residentes nas áreas rurais, 36,9% são consideradas extremamente pobres. Na zona urbana, esse percentual cai para 11,4%.

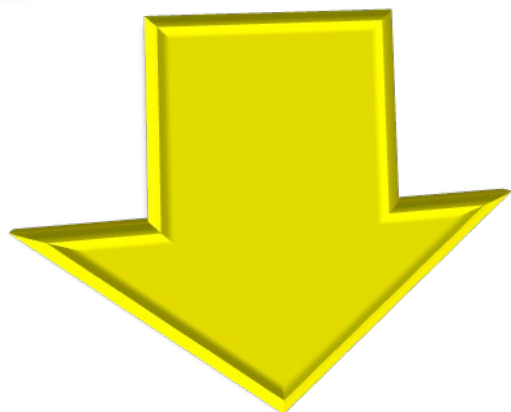


FECOP – Receitas e Despesas



Receitas

**R\$ 307,4
milhões**

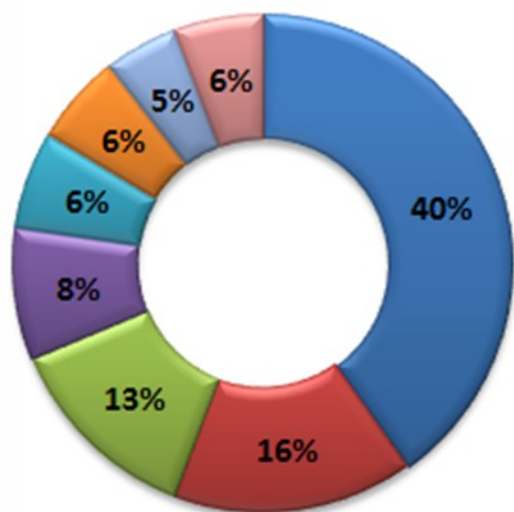


Despesas

**R\$ 276,2
milhões**



Aplicação de Recursos do FECOP por Área de Atuação (Função)

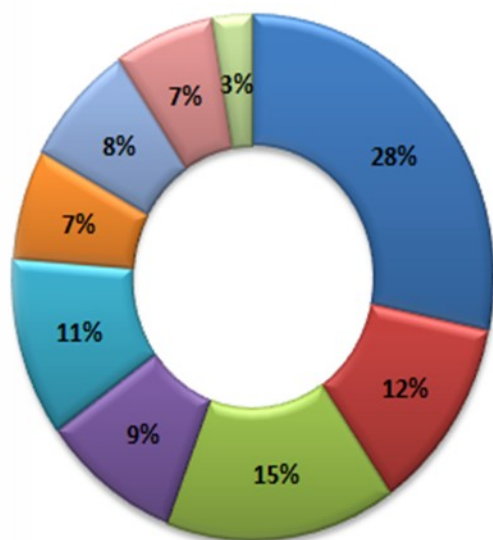


- AGRICULTURA
- ASSISTÊNCIA SOCIAL
- EDUCAÇÃO
- TRABALHO
- SAÚDE
- HABITAÇÃO
- SANEAMENTO
- Outras Funções

FUNÇÕES	2011
AGRICULTURA	110.807.684,14
ASSISTÊNCIA SOCIAL	43.281.286,85
EDUCAÇÃO	35.738.031,05
TRABALHO	23.700.992,58
SAÚDE	17.377.840,00
HABITAÇÃO	16.279.227,31
SANEAMENTO	13.210.657,39
Outras Funções	15.845.612,25
TOTAL	276.241.331,57



Aplicação de Recurso do FECOP por Macrorregião



- RMF
- ESTADO DO CEARÁ
- CARIRI/CENTRO SUL
- SOBRAL/IBIAPINA
- SERTÃO CENTRAL
- SERTÃO DE INHAMUNS
- LITORAL LESTE/JAGUARIBE
- LITORAL OESTE
- BATURITÉ

MACRORREGIÕES	2011
RMF	78.162.950,73
ESTADO DO CEARÁ	33.257.056,30
CARIRI/CENTRO SUL	42.721.411,89
SOBRAL/IBIAPINA	25.662.521,95
SERTÃO CENTRAL	30.706.068,07
SERTÃO DE INHAMUNS	18.671.004,06
LITORAL LESTE/JAGUARIBE	21.083.473,05
LITORAL OESTE	18.415.948,07
BATURITÉ	7.560.897,45
TOTAL	276.241.331,57



20 Maiores Credores do FECOP

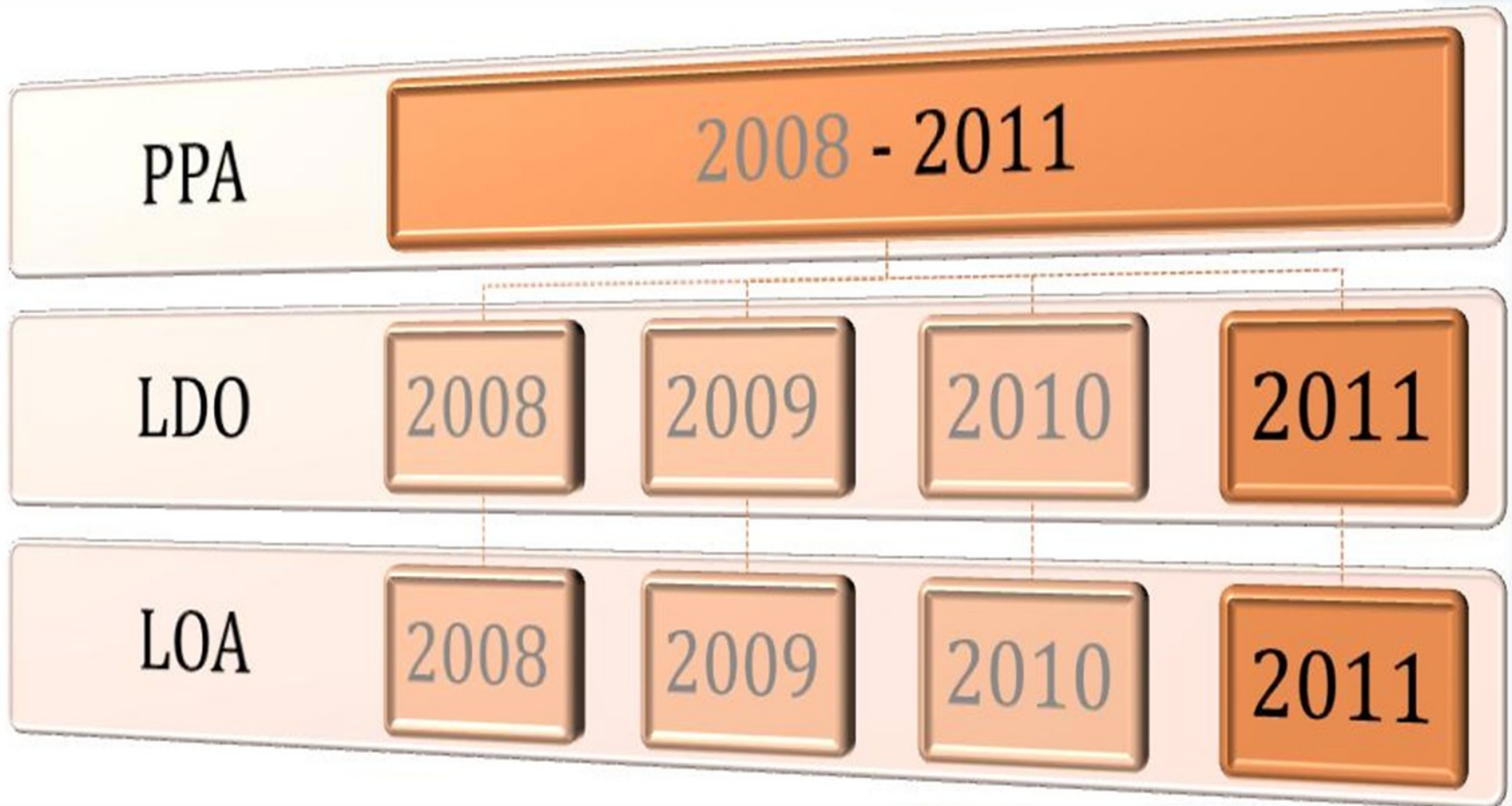
Posição	CREDOR	Valor em R\$ 1,00
1º	ASSOC DOS PROD SEMENTES ESTADO CEARA	16.000.000,00
2º	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	10.472.748,71
3º	CAGECE CIA AGUA ESGOTO DO CEARA	8.078.226,34
4º	INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARA	7.155.466,26
5º	COELCE COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	6.985.522,32
6º	BANCO DO BRASIL SA AG SETOR PUBLICO	6.077.000,00
7º	RENAULT DO BRASIL SA	4.949.765,58
8º	CENTRO EST TRABALHO E ASSES TRABALHADOR	4.751.176,02
9º	CNH LATIN AMERICA LTDA	4.246.666,32
10º	ASSOC BATISTA BENEFICENTE MISSIONARIA	3.696.529,69
11º	CENTRO ESTUDOS ASSIST LUTAS TRABALHADOR	3.645.951,30
12º	SOCIEDADE PARA O BEM ESTAR DA FAMILIA	3.614.091,47
13º	INSTITUTO DE ASSIST E PROTECAO SOCIAL	3.211.144,91
14º	ASSOCIACAO CRISTA DE BASE	2.763.589,53
15º	IDT INSTITUTO DE DESENV DO TRABALHO	2.618.717,09
16º	ADILANE MOURA GOMES	2.393.696,98
17º	CENTRO ESTUDOS E APOIO AO TRAB E TRABALH	2.160.985,61
18º	TELEMAR NORTE LESTE SA	2.079.891,79
19º	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO ECON E SOCIAL	2.053.201,28
20º	I D E R INST DE DESENV SUST ENERGIA RENO	2.015.055,00
	Outros Credores	177.271.905,37
	TOTAL DAS DESPESAS COM FECOP	276.241.331,57



2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Instrumentos de Planejamento



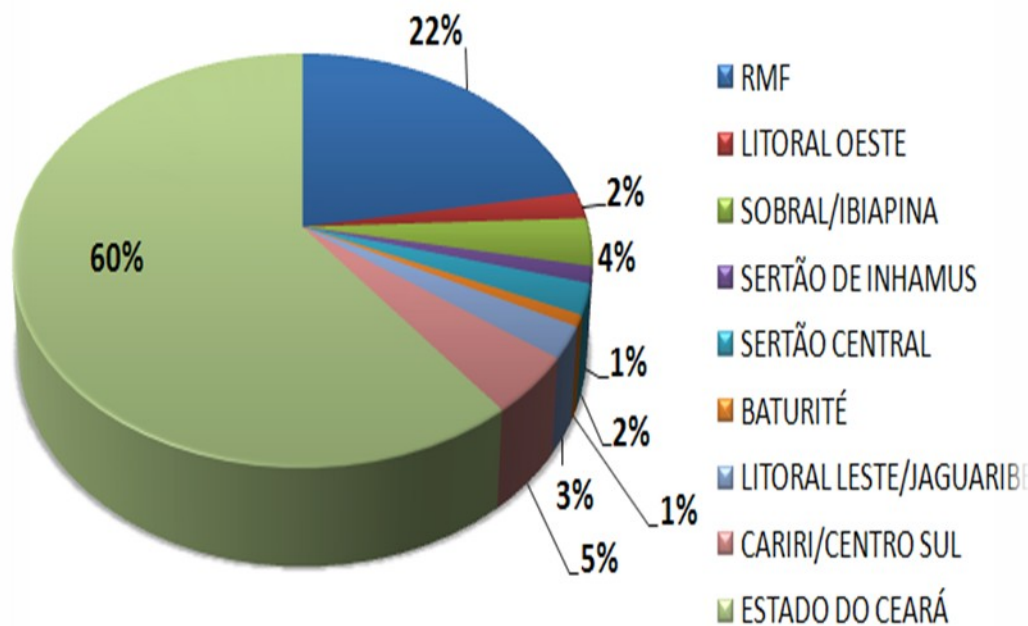


Distribuição de Recursos do PPA por Eixo





Distribuição de Recursos do PPA por Macrorregião



MACRORREGIÃO	Valores em (R\$ 1,00)
RMF	2.927.478.640,30
LITORAL OESTE	276.302.677,98
SOBRAL/IBIAPINA	491.451.871,24
SERTÃO DE INHAMUS	173.376.735,80
SERTÃO CENTRAL	311.127.716,80
BATURITÉ	116.655.667,47
LITORAL LESTE/JAGUARIBE	325.571.013,00
CARIRI/CENTRO SUL	595.261.964,01
ESTADO DO CEARÁ	7.960.635.024,02
TOTAL GERAL	13.177.861.310,62



LDO - Exigências da LRF

EXIGÊNCIAS

1. Regras que permitam o equilíbrio entre receitas e despesas (art. 4º, I, a)
2. Critérios e formas de limitação de empenho (art. 4º, I, b)
3. Normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos (art. 4º, I, e)
4. Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas (art. 4º, I, f);
5. Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º e 2º)
6. Anexo de Riscos Fiscais (art. 4º, § 1º)
7. montante e forma de utilização da reserva de contingência (art. 5º, III)
8. regras para a programação financeira e o cronograma de desembolso (art. 8º)
9. condições para concessão ou ampliação da renúncia de receita (art. 14, caput)
10. definição do que se considera despesa irrelevante (art. 16, § 3º)
11. requisitos para a inclusão de novos projetos na lei orçamentária ou em créditos adicionais, depois de atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público (art. 45, caput)

ATENDIMENTO

Sim

Sim

Parcialmente

Sim

Parcialmente

Sim

Sim

Sim

Sim

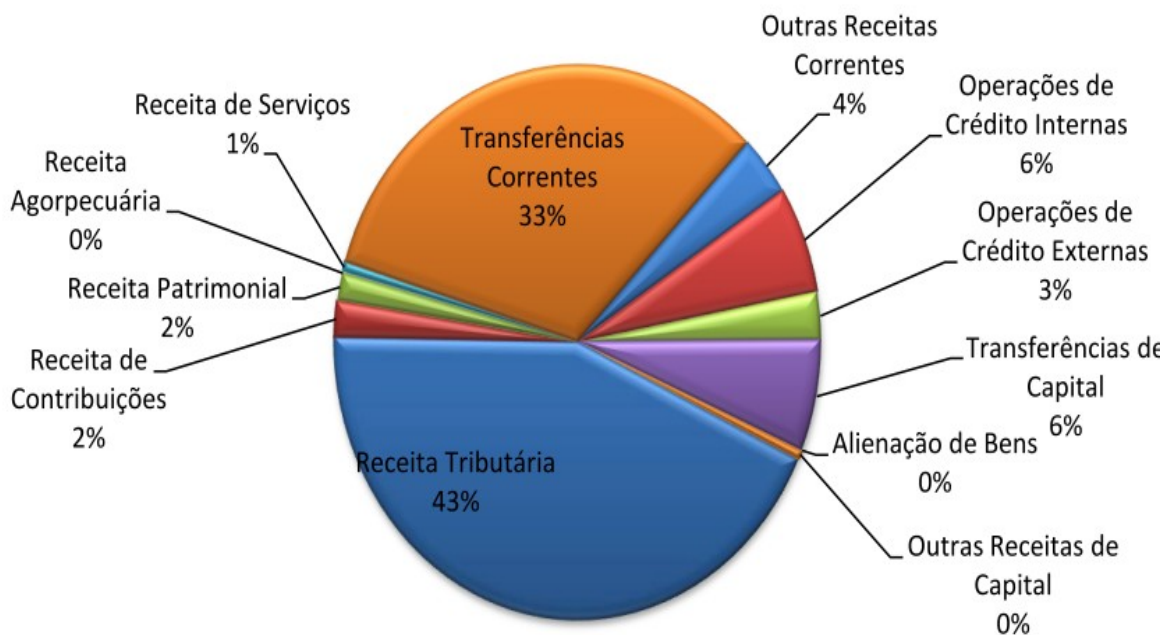
Sim

Sim



LOA – Receitas Previstas e Despesas Fixadas (16,7 Bilhões)

Origem das Receita Orçamentária - Consolidada



Grupo de Despesas - Consolidado





Prioridades da LDO não Executadas

Ações Correlacionada	Código da Ação	Valor Fixado na LOA (R\$)	Valor Executado
Apoio a Programas de Educação em Prevenção e Combate a Drogas nas Escolas do Ceará.	13410	80.900,00	0,00
Apoio a Estruturação da Assistência aos Usuários de Drogas Lícitas e Ilícitas	20913	103.933,00	0,00
Apoio a Estruturação da Assistência aos Usuários de Drogas Lícitas e Ilícitas	21244	161.800,00	0,00
Elaboração de projeto de construção de Centro de Reabilitação para drogados	13473	26.966,00	0,00
Implementação de Políticas Públicas para prevenção do Abuso de Álcool	13571	5.219,00	0,00
Total		378.818,00	0,00



LOA - Exigências da LRF

EXIGÊNCIAS

ATENDIMENTO

- | | |
|--|---------|
| 1. demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais da LDO (art. 5º, I); | Total |
| 2. estimativa e compensação da renúncia de receita e o aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II); | Parcial |
| 3. reserva de contingência a ser utilizada na forma definida na LDO (art. 5º, III); | Total |
| 4. despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão (art. 5º, §1º); | Total |
| 5. o refinanciamento da dívida pública (art. 5º, §2º); | Total |
| 6. limite da atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada (art. 5º, §3º). | Total |

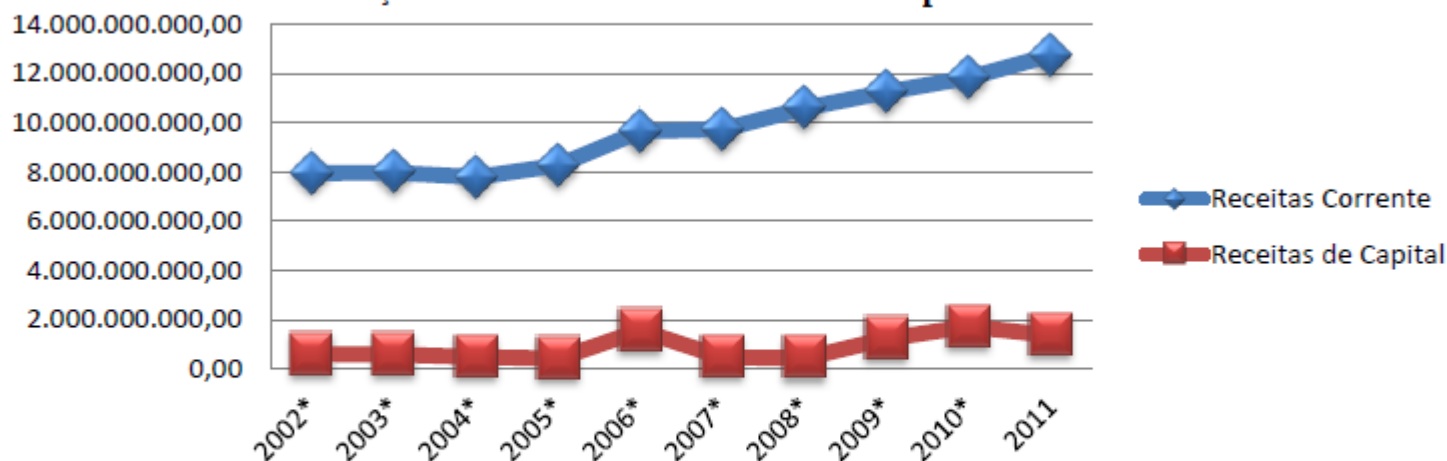


3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Comportamento da Receita em 10 Anos

Evolução das Receitas Correntes e de Capital em 10 anos

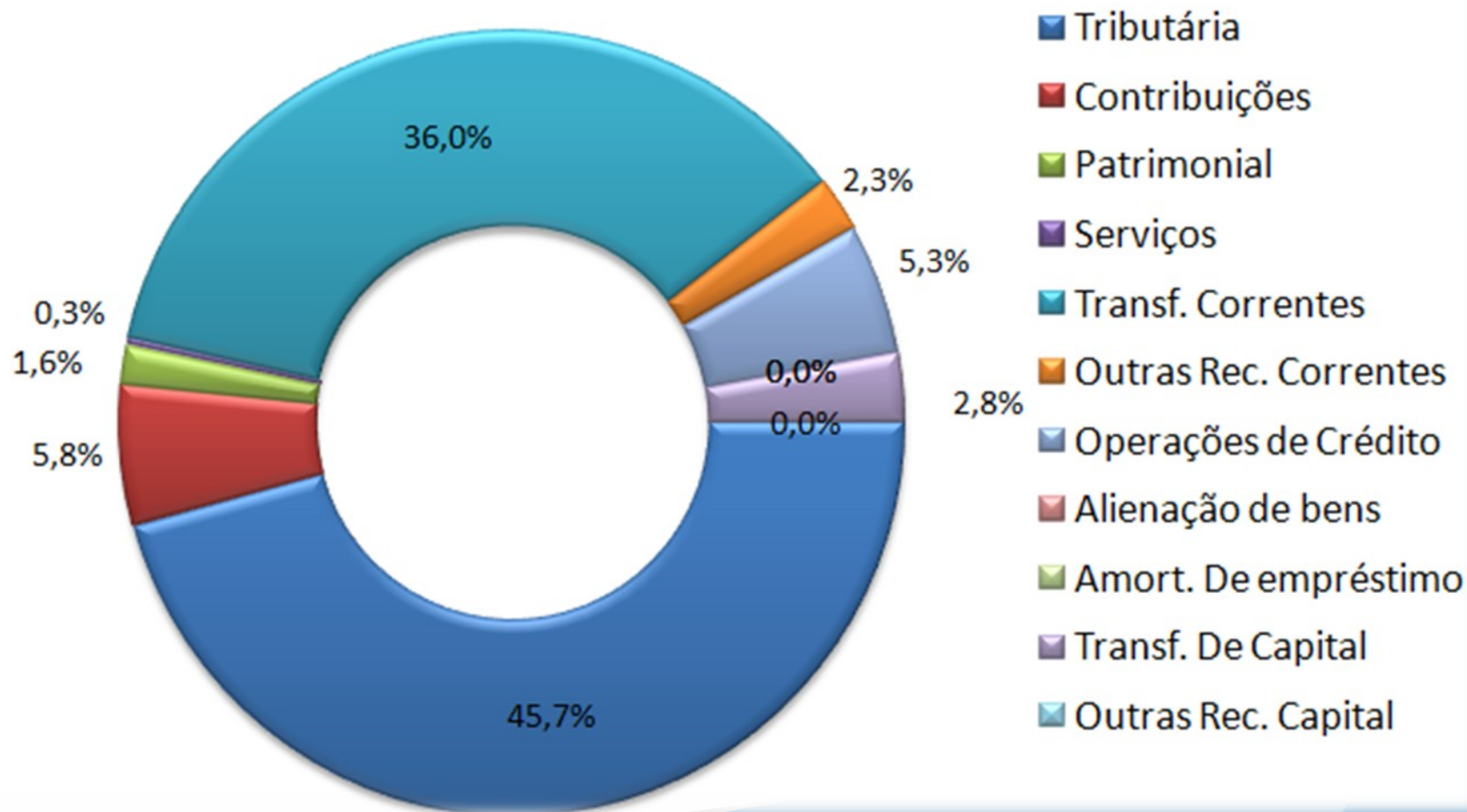


Fonte: Balanço Geral do Estado – BGE/2002-2011.

*Fator de correção: IGP-DI (FGV).

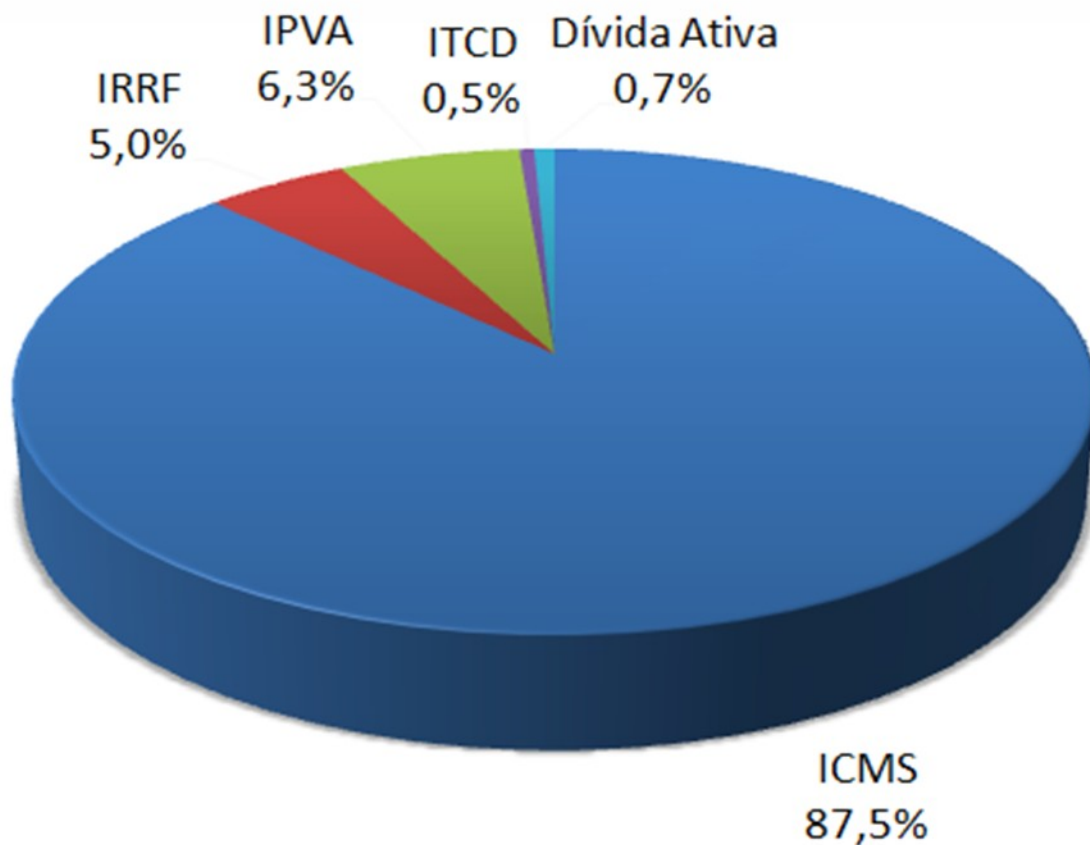


Total de Receita Arrecadada (17,1 Bilhões)



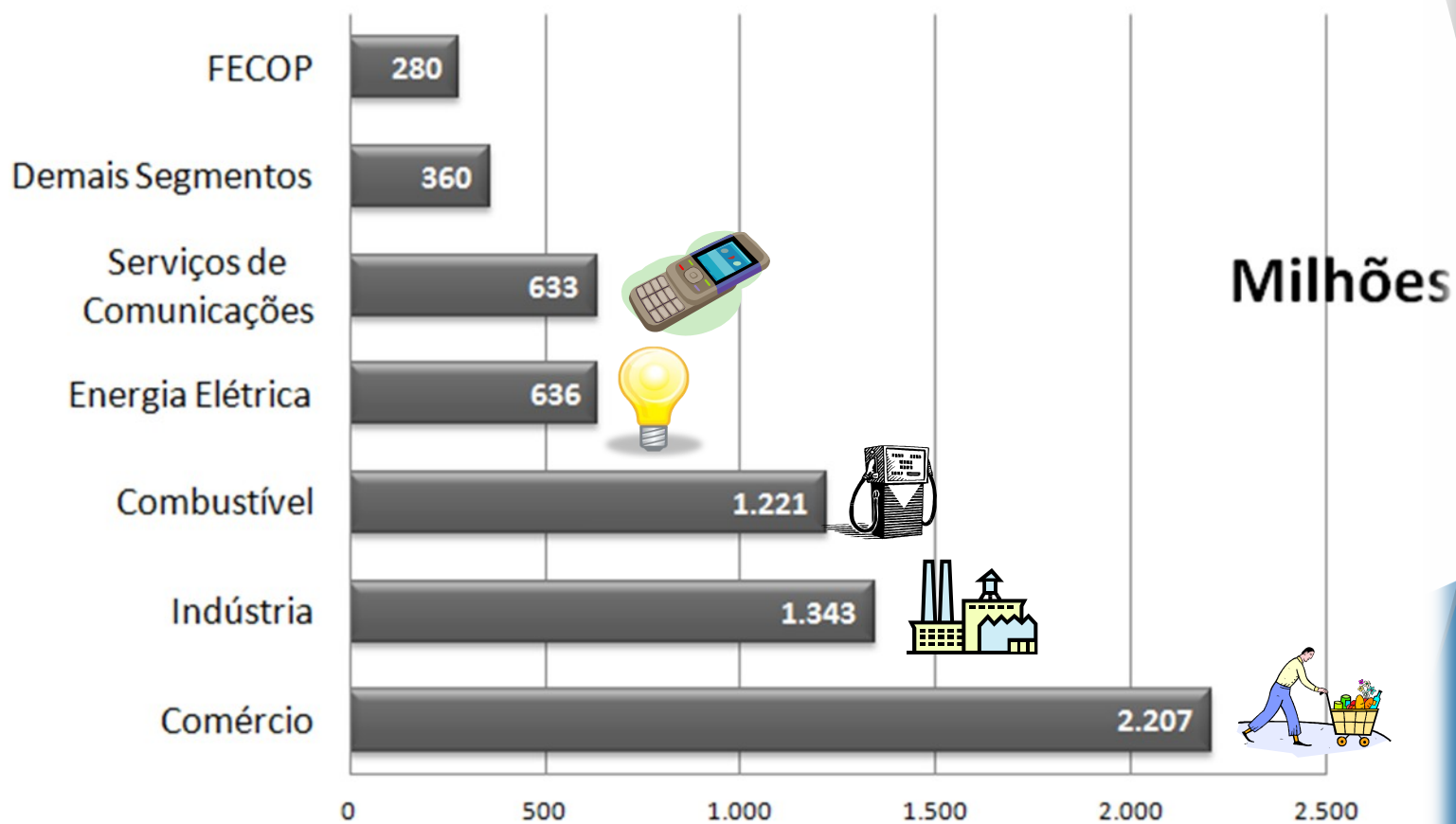


Composição da Receita de Origens de Impostos (7,8 Bilhões)



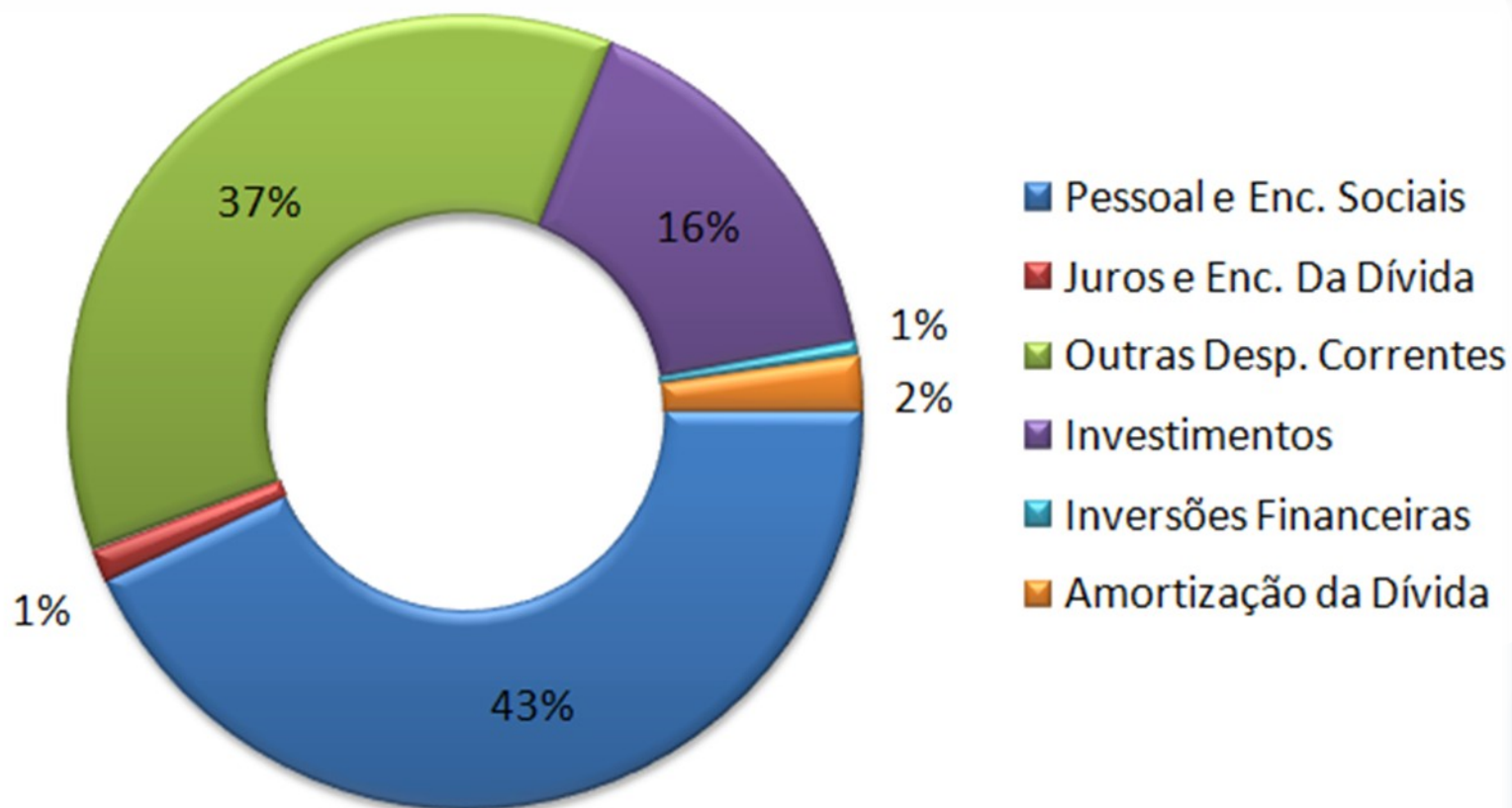


Arrecadação do ICMS por Segmento Econômico



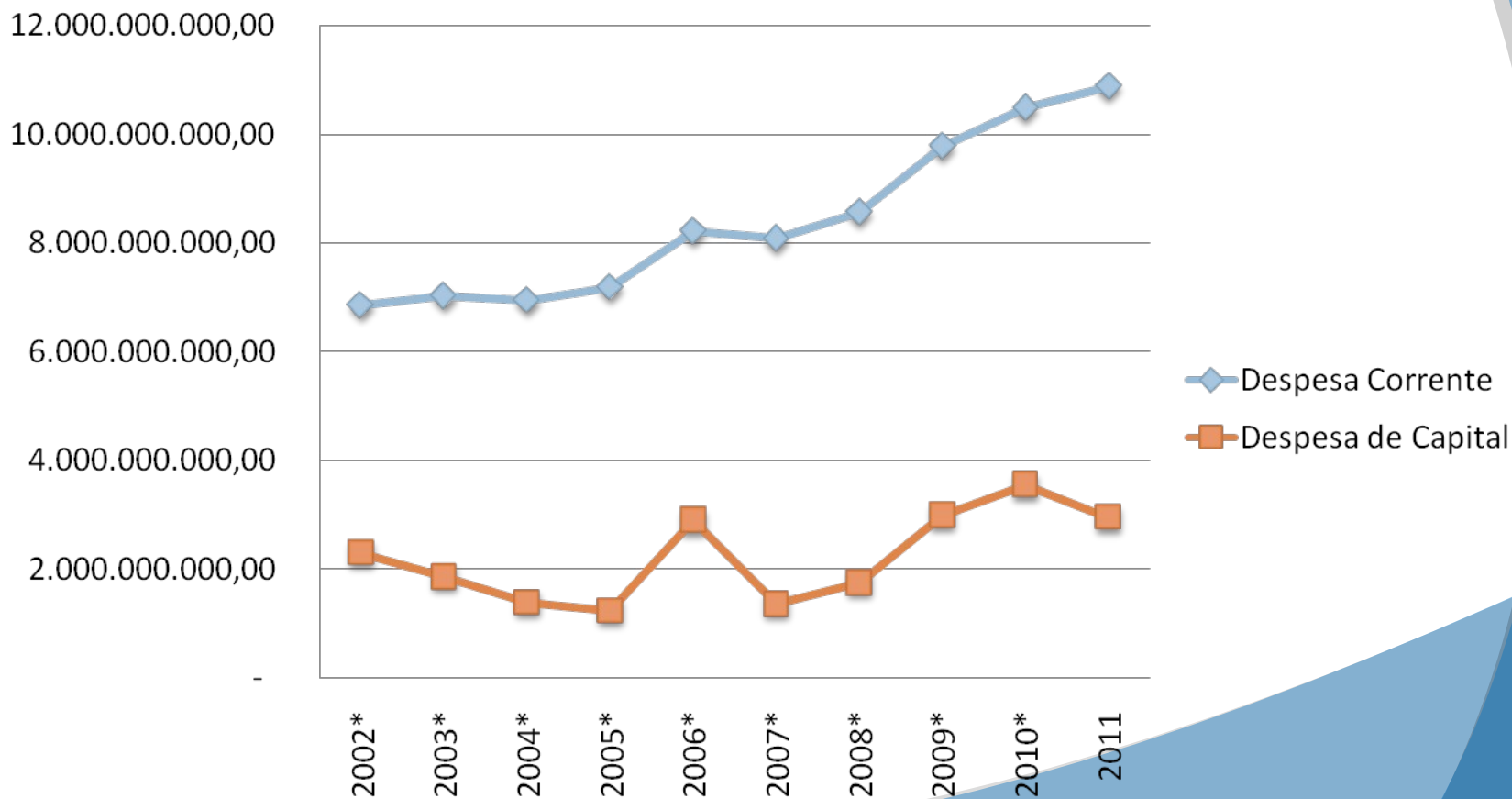


Composição de Despesa Realizada (R\$ 16,6 Bilhões)





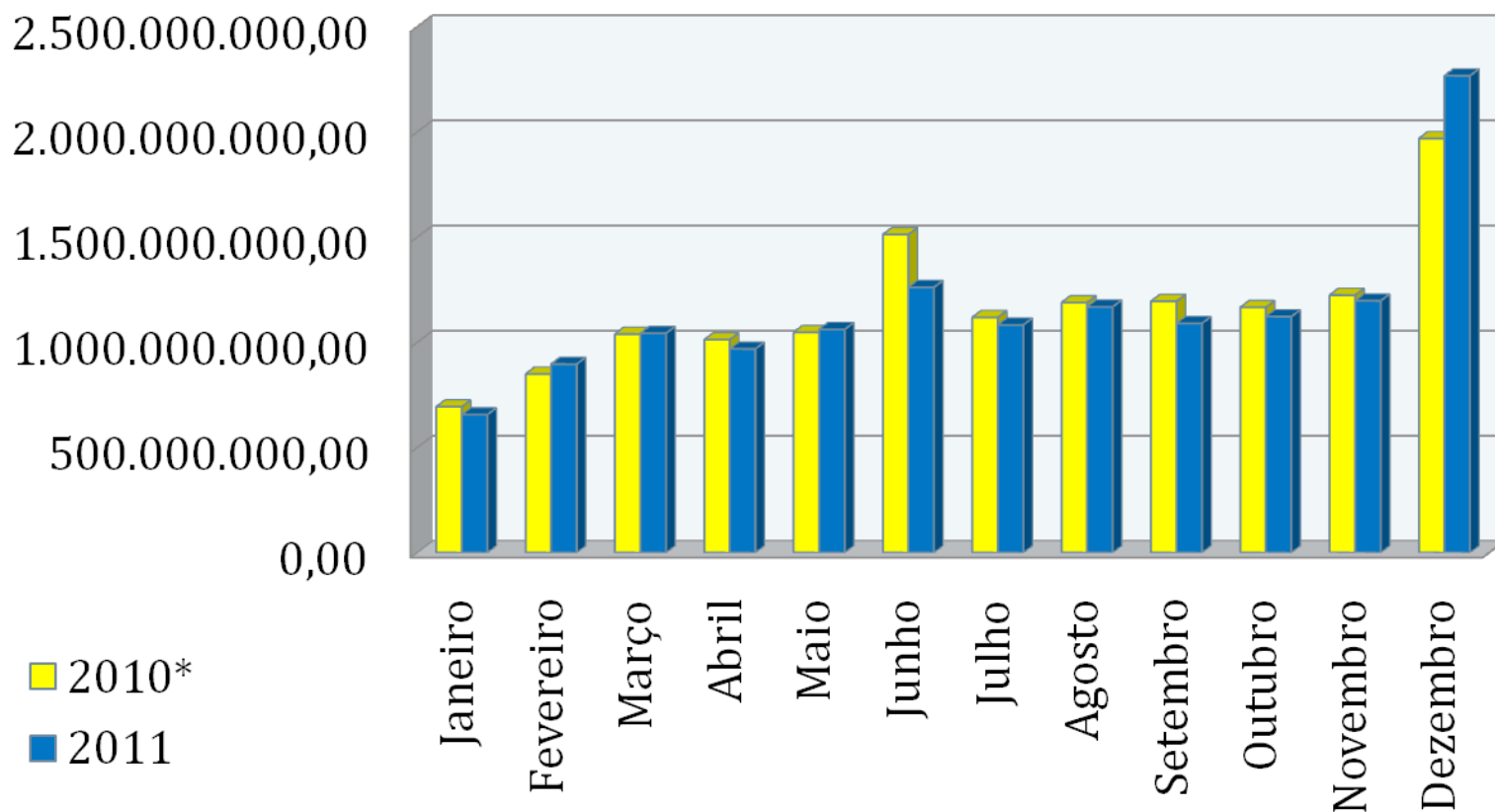
Comportamento da Despesa em 10 Anos



* Valores atualizados IGP-DI

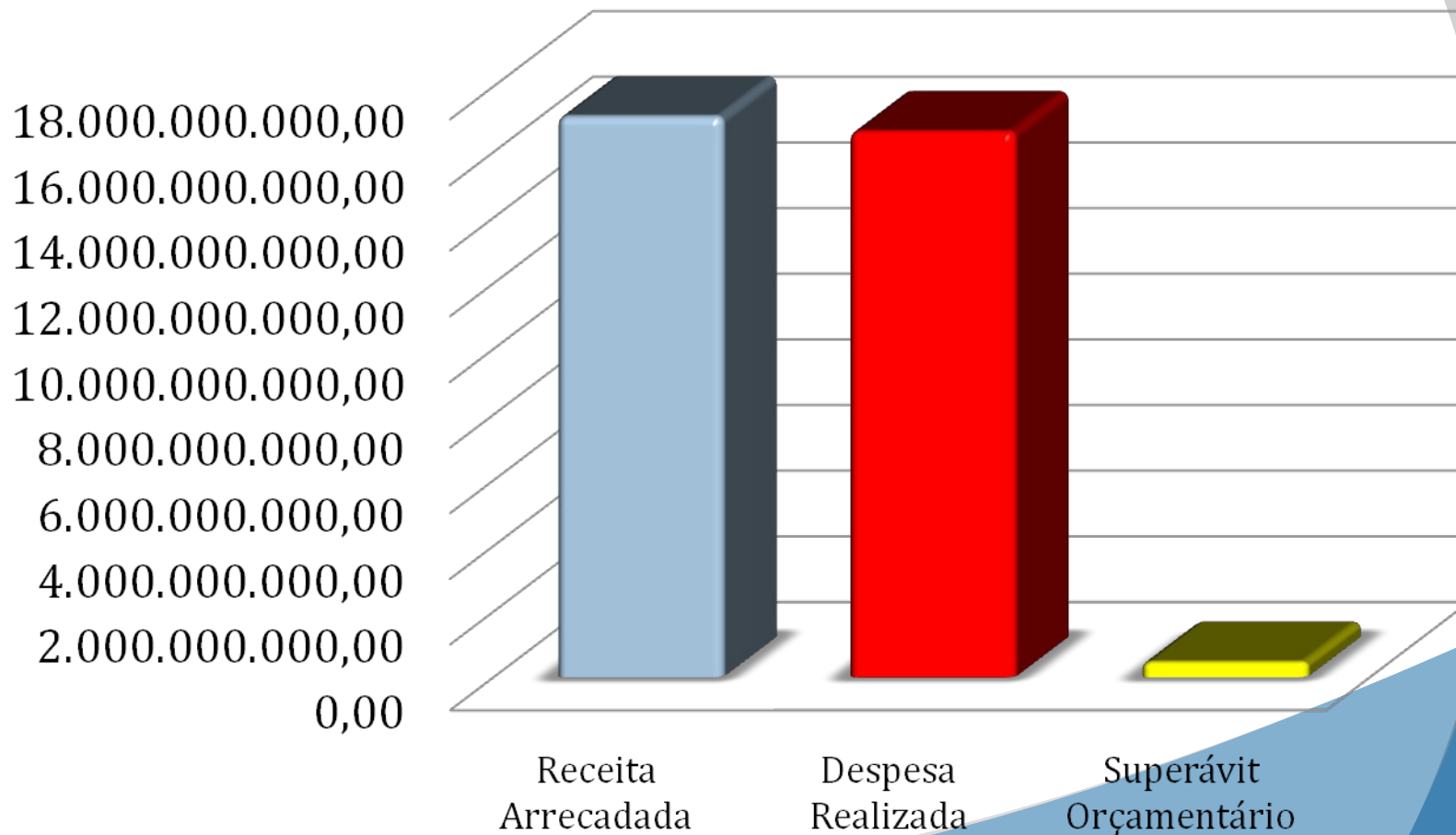


Despesas Empenhadas Mensalmente





Receitas X Despesas Executadas



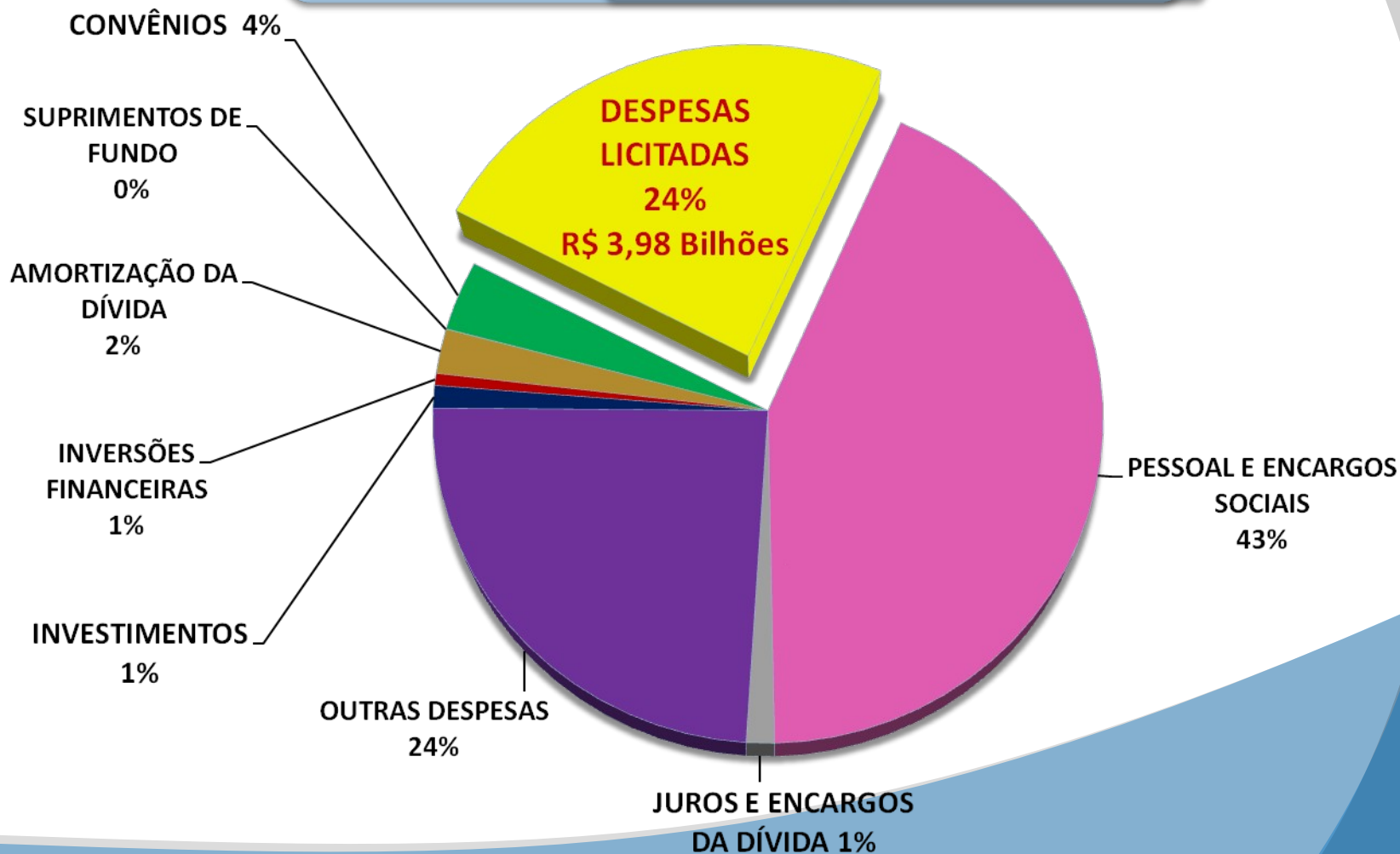


4. GASTOS REALIZADOS MEDIANTE LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES



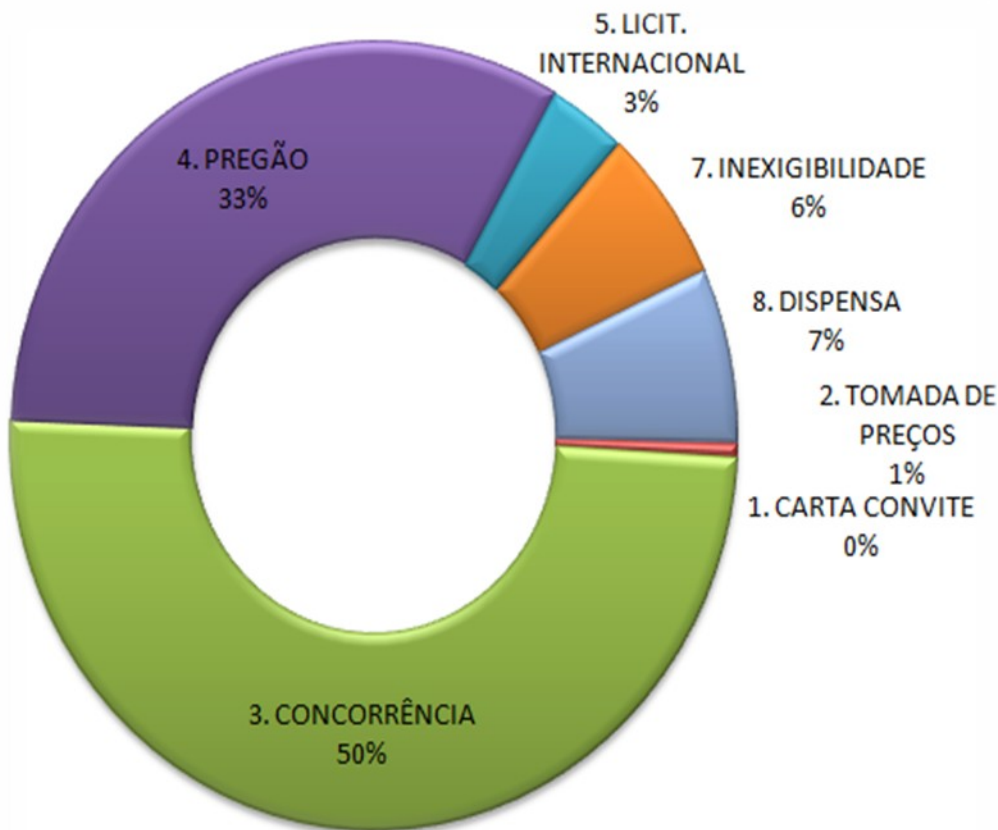
Total das Despesas Realizadas em 2011

• R\$ 16,6 Bilhões





Despesas do Poder Executivo por Modalidade de Licitação

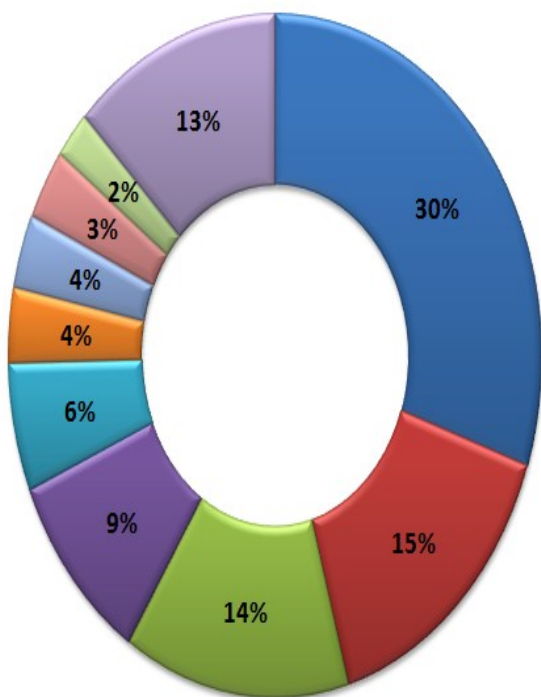


MODALIDADE DE LICITAÇÃO	PODER EXECUTIVO
1. CARTA CONVITE	2.399.929,25
2. TOMADA DE PREÇOS	22.393.192,77
3. CONCORRÊNCIA	1.878.332.301,35
4. PREGÃO	1.235.196.608,27
5. LICIT. INTERNACIONAL	131.066.639,11
6. CONCURSO	-
TOTAL DESPESAS MEDIANTE LICITAÇÃO (1+2+3+4+5+6)	3.269.388.670,75
7. INEXIGIBILIDADE	241.059.857,31
8. DISPENSA	270.212.974,21
DISPENSA + INEXIGIBILIDADE (7+8)	511.272.831,52
TOTAL DAS DESPESAS COM OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS (1+2+3+4+5+6+7+8)	3.780.661.502,27

Fonte: SIC



Principais Despesas Licitadas por Concorrência

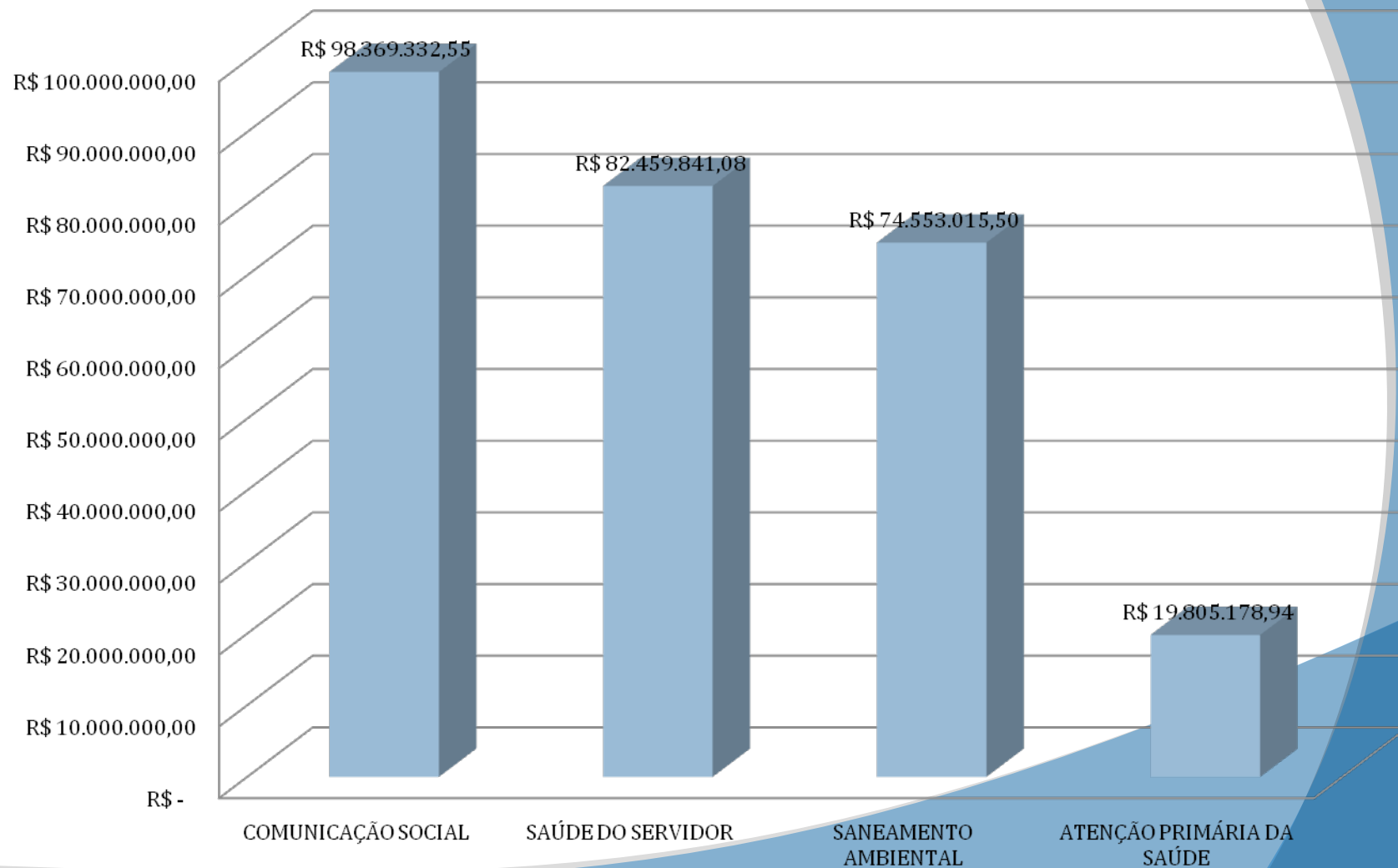


- EDIFICACOES
- REFORMA E BENFEITORIA
- CONST DE ADUTORAS ACUDES E BARRAG
- OBRAS RODOVIARIAS E AEROPORTUARIAS
- CONSERVACAO DE RODOVIAS
- COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
- OBRAS E INSTALAÇÕES
- RESTAURACAO DE RODOVIAS
- INSTALACOES E EQUIP PARA OBRAS
- DEMAIS ITENS DE DESPESAS

DESCRIÇÃO	Valor (Em 1,00)
EDIFICACOES	576.173.442,29
REFORMA E BENFEITORIA	291.515.853,98
CONST DE ADUTORAS ACUDES E BARRAG	261.008.639,34
OBRAS RODOVIARIAS E AEROPORTUARIAS	178.251.024,63
CONSERVACAO DE RODOVIAS	116.283.776,00
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	66.960.628,63
OBRAS E INSTALAÇÕES	66.661.272,74
RESTAURACAO DE RODOVIAS	63.916.045,79
INSTALACOES E EQUIP PARA OBRAS	43.637.220,22
DEMAIS ITENS DE DESPESAS	241.704.792,16
TOTAL	1.906.112.695,78

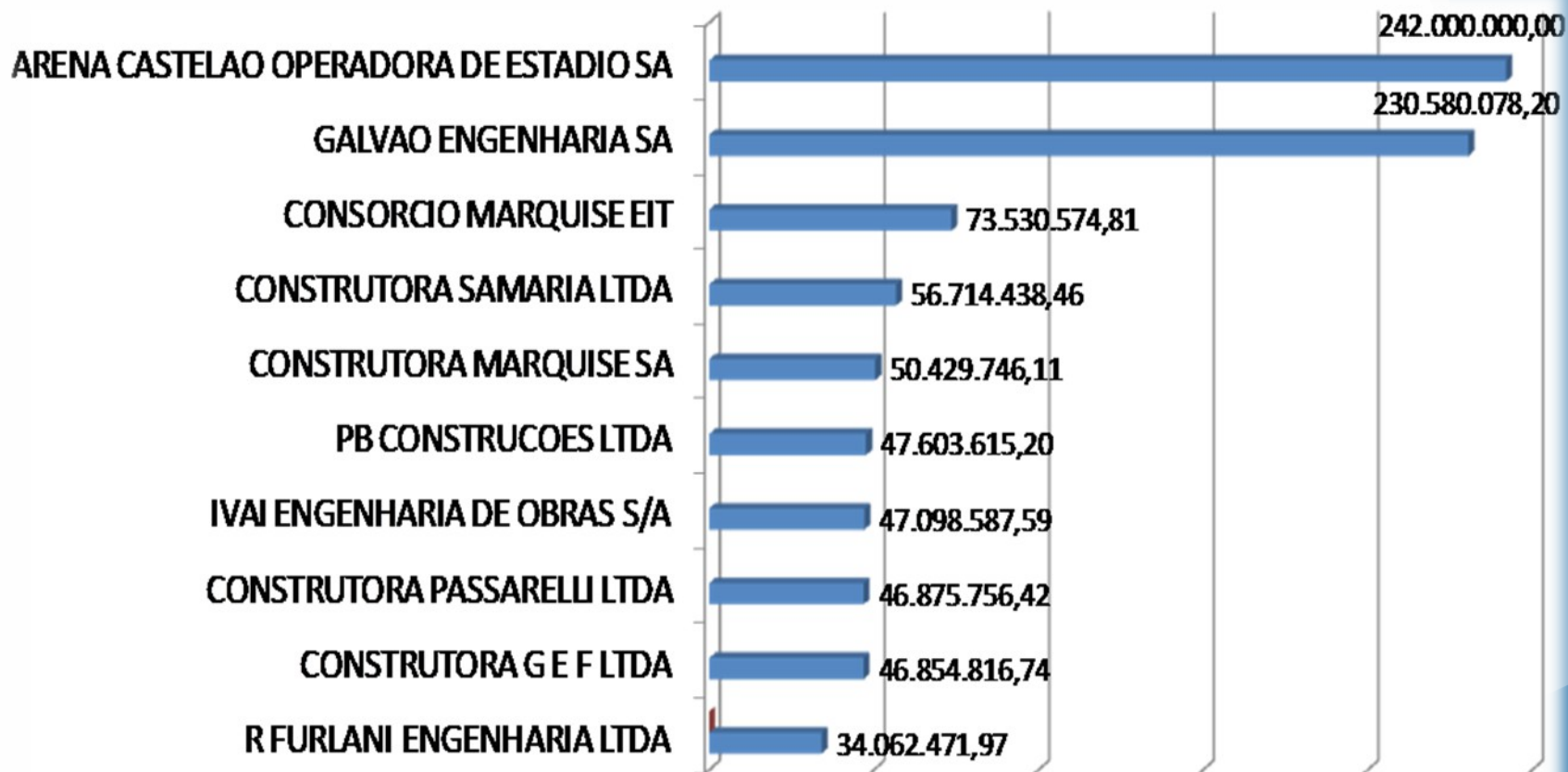


Comparativo do Programa com Comunicação Social com outros Programas abaixo de R\$ 100 milhões





Os 10 Maiores Contratos via Concorrência Pública



Os credores acima relacionados correspondem a 45,77% do total de despesas realizadas na modalidade concorrência.



Contratações Diretas (Dispensas e Inexigibilidades de Licitações)

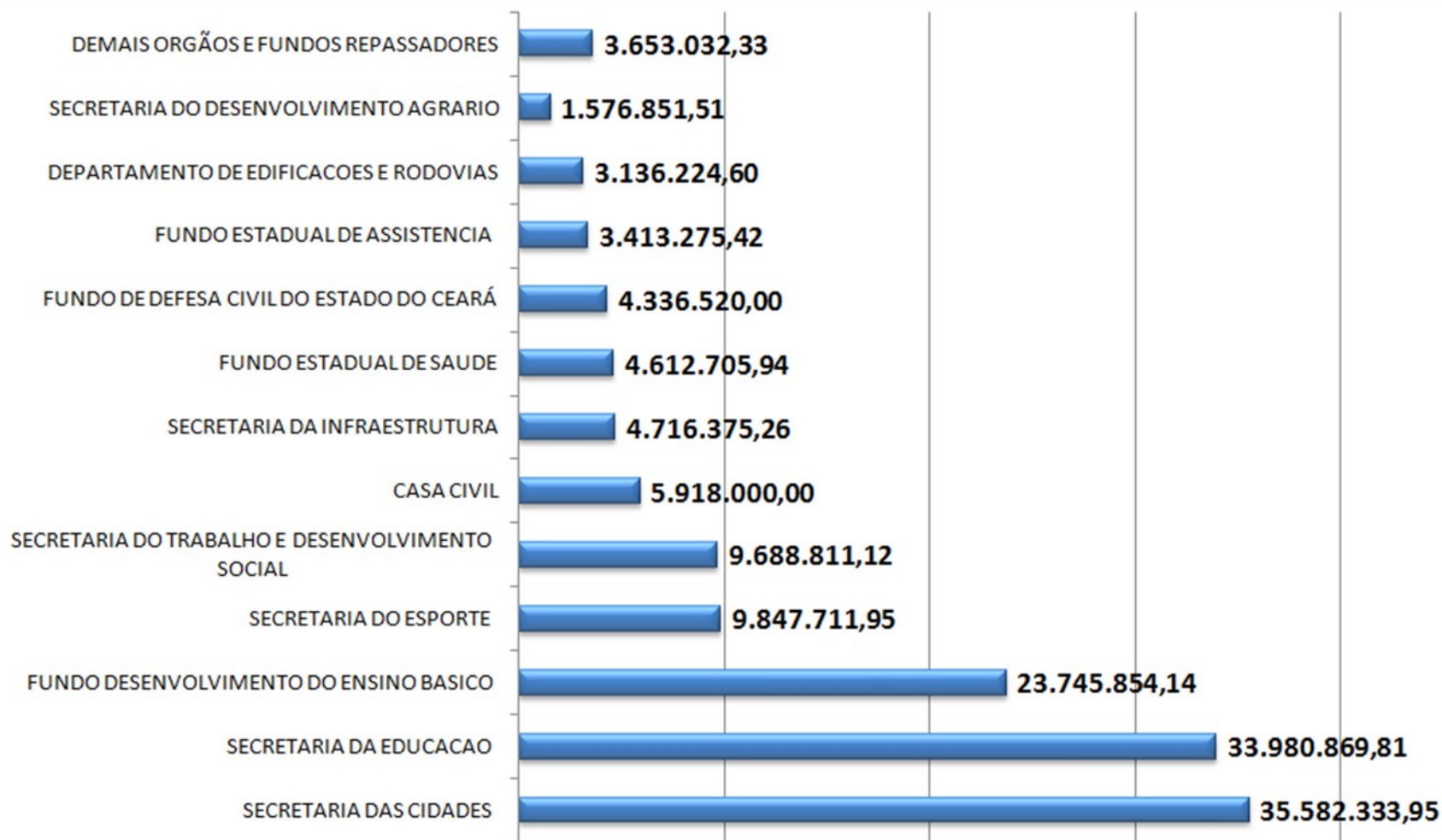
- O total das despesas gastas por dispensas e inexigibilidades, em 2011, foi de R\$ 556.910.054,10;
- 20% do total gasto, sob essa rubrica, foi com o fornecimento de água, energia, serviços postais e telefônicos (R\$ 111.190.675,34);
- As despesas com telefonia, mesmo após a privatização, continuam sendo realizadas sem prévio procedimento licitatório, correspondendo a 1,4% das contratações diretas;
- As despesas médicas (medicamentos e serviços) sobressaíram-se entre as despesas processadas sem licitação, atingindo um montante de R\$ 92.175.417,56.



5. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS



Transferências Voluntárias a Municípios por Órgãos e Fundos





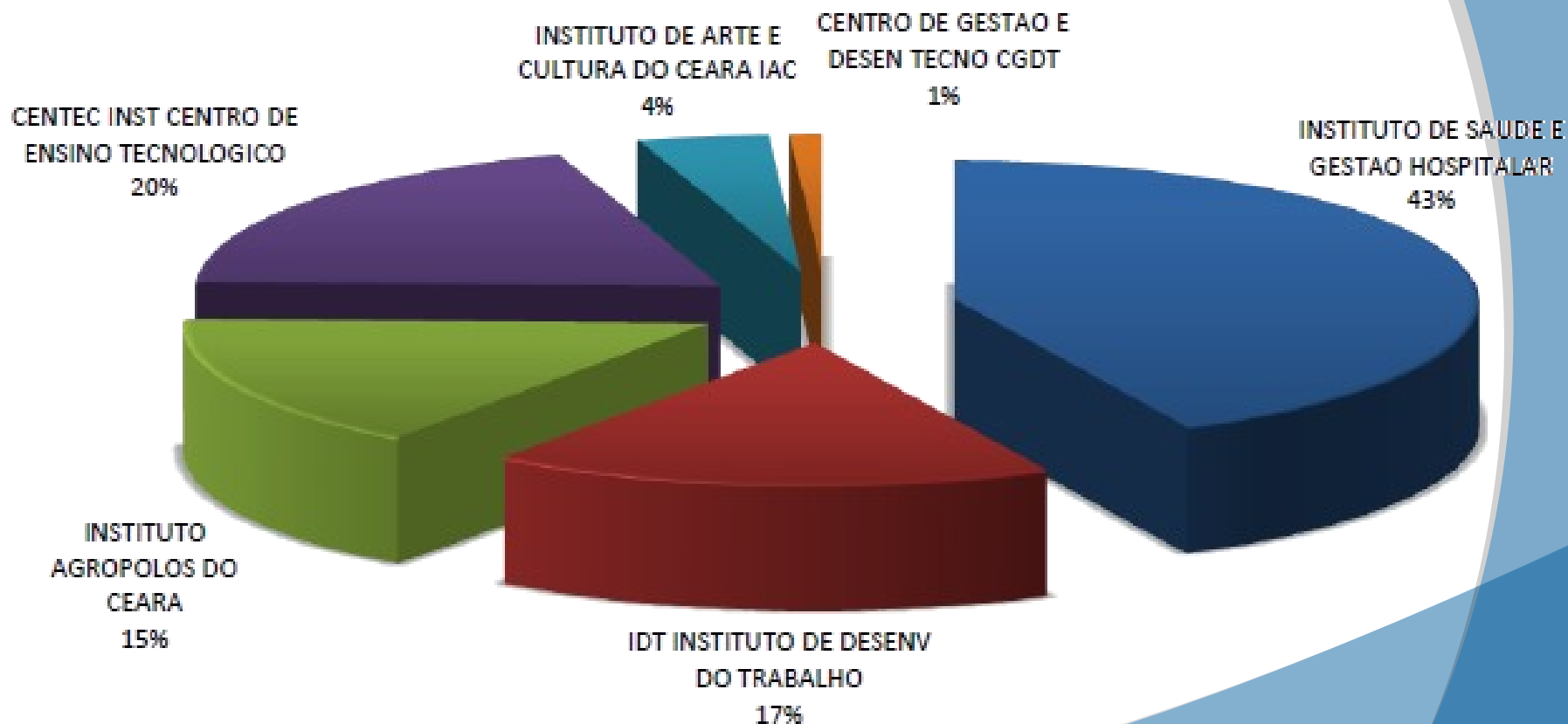
Municípios mais Beneficiados Com os Repasses

MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	POPULAÇÃO RESIDENTE	IDM-2008(IG4)	VALOR REPASSADO	(R\$ 1,00) % EM RELAÇÃO AO TOTAL TRANSFERIDO
PREF MUNIC DE IGUATU	96.523	62.90	7.245.587,00	5,0%
PREF MUNIC DE FORTALEZA	2.447.409	99.13	7.166.699,18	5,0%
PREF MUNIC DE SOBRAL	188.271	93.61	6.883.263,81	4,8%
PREF MUNIC DE HORIZONTE	55.154	60.99	4.320.087,84	3,0%
PREF MUNIC DE TAUA	55.755	26.82	4.251.454,94	2,9%
PREF MUNIC DE AQUIRAZ	72.651	25.28	3.257.045,33	2,3%
PREF MUNIC DE CAUCAIA	324.738	57.02	3.219.396,10	2,2%
PREF MUNIC DE LIMOEIRO DO NORTE	56.281	73.24	2.716.248,41	1,9%
PREF MUNIC DE REDENCAO	26.423	58.87	2.643.852,89	1,8%
PREF MUNIC DE CARIRE	18.348	34.35	2.444.945,47	1,7%
PREF MUNIC DE IPU	40.300	49.92	2.124.244,96	1,5%
PREF MUNIC DE ITAPIPOCA	116.065	40.96	2.115.345,77	1,5%
PREF MUNIC DE TRAIRI	51.432	14.93	2.016.688,48	1,4%
PREF MUNIC DE QUIXERAMOBIM	71.912	31.87	1.875.605,98	1,3%
PREF MUNIC DE CHOROZINHO	18.920	10.79	1.834.222,26	1,3%
OUTROS MUNICÍPIOS			90.093.877,61	62,5%
TOTAL TRANSFERENCIA VOLUNTÁRIA A MUNICIPIOS			144.208.566,03	

Fonte: Base de dados do Sistema Integrado de Contabilidade – SIC; e



Recursos Repassados a Organizações Sociais (R\$ 247 milhões)





6. AVALIAÇÃO POR FUNÇÃO E PROGRAMA DE GOVERNO

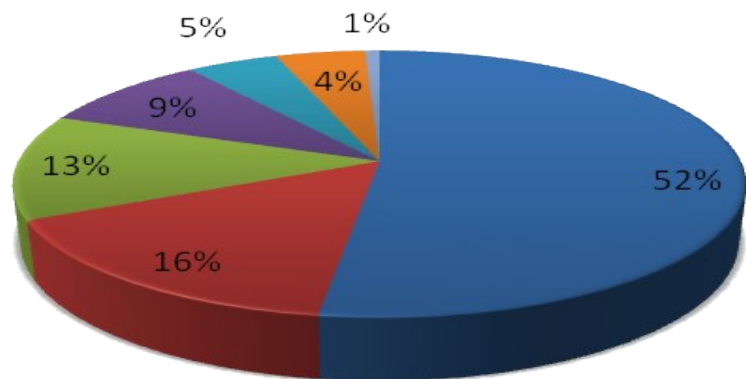


Avaliação por Função de Governo

- ⦿ As funções de governo indicam a área de atuação e concentração dos gastos públicos.
- ⦿ Em 2011 o orçamento do Estado contemplou 26 das 28 funções de governo.



Avaliação por Função de Governo



- Sociais - R\$ 8.691.230.640
- Encargos Especiais - R\$ 2.619.524.251
- Típicas de Estado - R\$ 2.118.629.609
- Infraestrutura - R\$ 1.511.164.014
- Administração Geral - R\$ 791.208.840
- Produção - R\$ 774.797.811
- Gestão Ambiental - R\$ 124.082.865

Grupos e Funções

Sociais	Encargos Especiais	Típicas de Estados	Infraestrutura	Administração Geral	Produção	Gestão Ambiental
Assistência Social	Encargos Especiais	Legislativo	Urbanismo	Administração	Ciência e Tecnologia	Gestão Ambiental
Previdência Social		Judiciária	Habitação		Agricultura	
Saúde		Essencial à Justiça	Saneamento		Organização Agrária	
Trabalho		Segurança Pública	Energia		Indústria	
Educação			Transporte		Comércio e Serviços	
Cultura			Comunicações			
Direito da Cidadania						
Desporto a Lazer						



Programas de Investimentos do Governo, Relacionados às Funções que Implementam Direitos Fundamentais Sociais

Função	Exercício 2010(*)			Exercício 2011			2010/2011	
	Fixado (a)	Realizado (b)	% $I_1=b/a$	Fixado (c)	Realizado (d)	% $I_2=d/c$	% (d-b)/b	% $(I_2-I_1)/I_1$
Educação	772.455.196	401.462.595	51,97%	424.715.376	261.220.346	61,50%	-34,93%	18,34%
Saúde	636.586.702	300.644.593	47,23%	380.685.385	234.383.525	61,57%	-22,04%	30,37%
Trabalho	1.663.635	937.827	56,37%	3.359.338	1.712.451	50,98%	82,60%	-9,57%
Habitação	228.615.499	86.975.676	38,04%	140.704.973	53.133.806	37,76%	-38,91%	-0,74%
Desporto e Lazer	67.327.293	30.884.959	45,87%	280.026.323	260.589.381	93,06%	743,74%	102,86%
Segurança Pública	305.580.687	132.878.841	43,48%	76.874.168	45.279.992	58,90%	-65,92%	35,46%
Previdência Social	484.840	187.823	38,74%	280.000	0	0,00%	-100,00%	-100,00%
Assistência Social	87.230.478	22.298.028	25,56%	61.759.005	33.549.735	54,32%	50,46%	112,52%
Total	2.099.944.329	976.270.343	46,49%	1.368.404.568	889.869.236	65,03%	-8,85%	39,88%

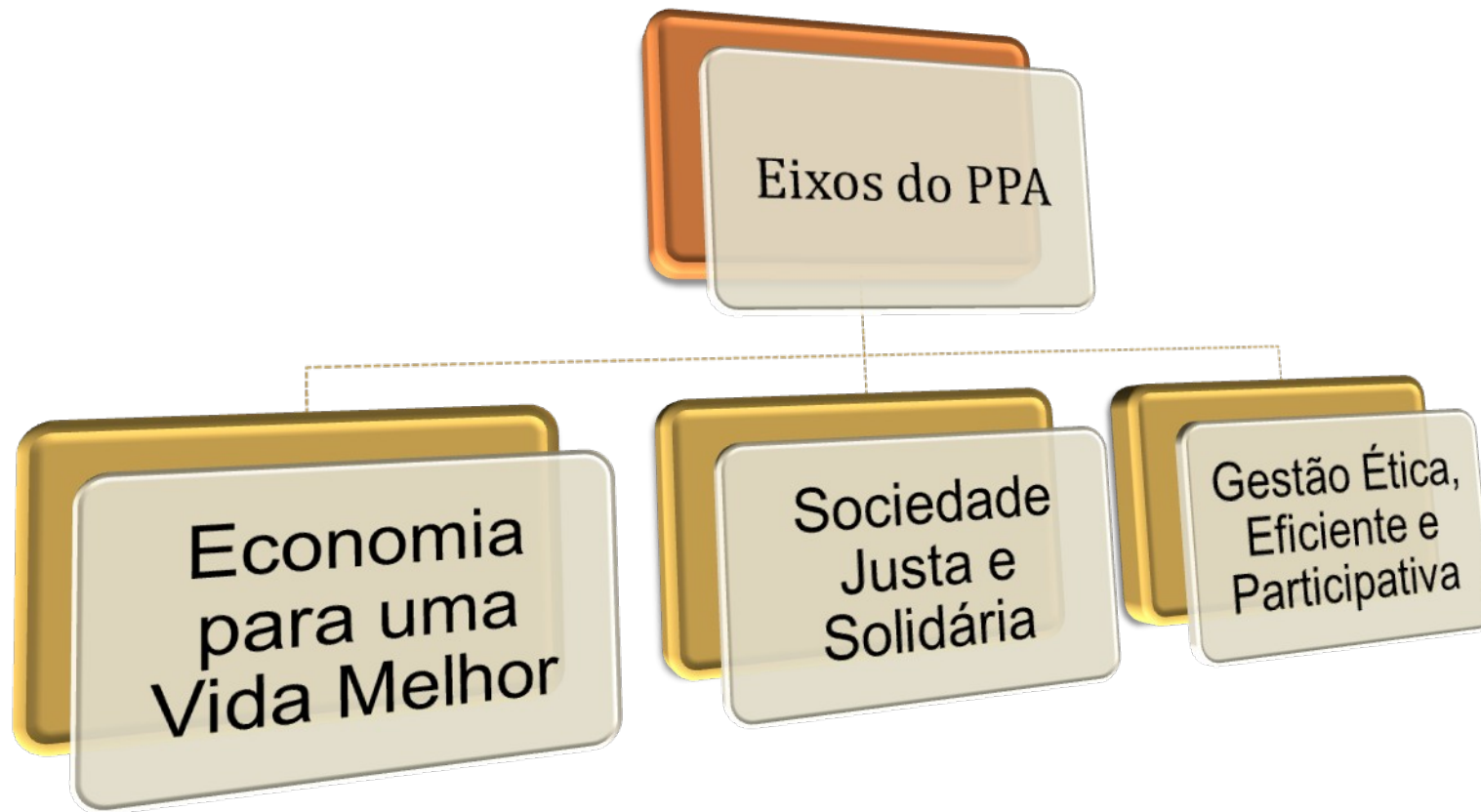
Houve decréscimo de 8,85% no valor total dos recursos realizados em 2011 (R\$ 889.869.236), se comparado aos valores executados em 2010 (976.270.343).

O crescimento de 39,88% observado na execução orçamentária para os programas de investimentos das funções sociais, passando de 46,49%, em 2010, para 65,03%, em 2011, ainda persiste o desempenho orçamentário não satisfatório em 2011, abaixo de 75%.



Avaliação por Programa de Governo

- ⦿ Esse tópico tem por objetivo avaliar a execução orçamentária e a execução das metas físicas dos programas consignados no PPA 2008-2011.
- ⦿ Os resultados dessa análise serão demonstrados em dois indicadores, um para o desempenho orçamentário e outro de atendimento às metas físicas
- ⦿ Foi selecionada uma amostra contendo os programas finalísticos mais representativos do PPA, tanto no que se refere à materialidade, quanto em relação ao seu impacto na sociedade.





Indicador de Desempenho Orçamentário

A partir do cotejo entre os totais dos valores orçados e executados dos 39 programas em 5 áreas de atuação selecionados na amostra, obtiveram-se os seguintes resultados:

DOTAÇÃO AUTORIZADA	PREVISTA	REALIZADA	%
Total dos 39 Programas Selecionados	6.428.193.600	4.289.299.712	66,73

A média de execução ou desempenho orçamentário alcançou o percentual de 66,73%, resultando em um crescimento relativo de 12,42%, quando comparado ao período anterior, que obteve índice de realização de 59,36



Indicador de Desempenho Orçamentário

ÁREA DE ATUAÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	% de Realização
EDUCAÇÃO BÁSICA	2.630.543.647	1.579.673.729	60,1%
LOGÍSTICA DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO E ENERGIA	1.060.175.233	721.536.984	68,1%
SAÚDE	1.559.139.467	1.211.064.235	77,7%
INFRAESTRUTURA HÍDRICA	566.519.126	348.066.202	61,4%
TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	611.816.127	428.958.562	70,1%



Desempenho Orçamentário dos Programas

Faixas de Desempenho Orçamentário	Nº de Programas	Orçado (a)	(a/b)%	Realizado (c)	(c/d)%	Desempenho médio
Faixa 1 (até 25%)	1	288.675	0,00%	56.934	0,00%	19,72%
Faixa 2 (de 25,01% a 50%)	5	384.279.615	5,98%	162.206.473	3,78%	42,21%
Faixa 3 (de 50,01% a 75%)	13	3.765.083.939	58,57%	2.251.331.004	52,49%	59,79%
Faixa 4 (de 75,01% a 100%)	20	2.278.541.371	35,45%	1.875.705.301	43,73%	82,32%
Total	39	6.428.193.600(b)	100%	4.289.299.712(d)	100%	66,73%

Os programas finalísticos objetos da amostra, no geral, muito embora tenham apresentado crescimentos em relação ao exercício de 2010, demonstram, ainda, um índice de desempenho orçamentário (66,73%)



Indicador de Metas Físicas

- ◉ A avaliação da execução de metas físicas se dá pelo confronto entre as metas estabelecidas para os produtos, com suas respectivas unidades de medida, fixadas no Demonstrativo Consolidado por Secretaria, Órgão, Programa, Ação e Produto – Finalísticos, balizadas no PPA 2008/2011 Revisado, e os resultados alcançados no exercício em apreço, evidenciados no Relatório dos Resultados e Realizações dos Programas e Projetos de 2011, elaborado pela SEPLAG, conforme determinação extraída da LDO – 2011, em seu art. 79. Da análise, culminou que:
 - No PPA, os produtos são distribuídos por secretarias, órgãos e ações, o que permite afigurar um produto em várias ações. O relatório da SEPLAG, de forma contrária, apenas retrata o produto globalmente;
 - As metas estabelecidas no PPA **não guardam correspondência** com aquelas realizadas e evidenciadas no relatório; e
 - Nem todos os produtos previstos no PPA foram abordados no citado relatório



Indicador de Metas Físicas

- Os produtos e metas consignados nos sistemas de controle e acompanhamento de programas gerenciados pela SEPLAG, como o WebMapp, tendo como um dos módulos de consulta a Matriz GPR – Gestão Por Resultados, e o SIAP, também **não guardam correspondência com aqueles previstos no PPA.**
- Para se ter uma análise conclusiva desses programas, faz-se necessário combinar a análise dos indicadores orçamentários com a de metas físicas. Como não foi possível medir a eficácia e eficiência desses últimos, tornou-se inviável verificar se os programas de governo atingiram seus objetivos de forma satisfatória.



7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Balancos das Entidades Públicas





Balanço Orçamentário (Indicadores)

**Superávit
Orçamentário**
(Receita Arrecadada –
Despesa Empenhada)

**R\$ 464
milhões**

**Frustração na
Arrecadação**
(Receita Prevista –
Receita Arrecadada)

**R\$ 1,5
bilhões**

**Economia
Orçamentária**
(Despesa
Fixada –
Despesa
Executada)

**R\$ 3,9
bilhões**



Balanço Financeiro

RECEITAS

- **ORÇAMENTÁRIA**
 - R\$ 17,1 Bilhões
- **EXTRAORÇAMENTÁRIA**
 - R\$ 17,9 Bilhões
- **SALDO FINANCEIRO DO EXERC. ANTERIOR**
 - R\$ 1.1 Bilhões

DESPESAS

- **ORÇAMENTÁRIA**
 - R\$ 16,6 Bilhões
- **EXTRAORÇAMENTÁRIA**
 - R\$ 18.2 Bilhões
- **SALDO FINANCEIRO DO EXERC. SEGUINTE**
 - R\$ 1,2 Bilhões



Considerações sobre o Balanço Financeiro

- ⊙ Despesas orçamentárias evidenciadas em desacordo com a Lei nº 4.320/64 e com o modelo estabelecido na Portaria STN nº 664/2010;
- ⊙ Divergência nos restos a pagar pagos em 2011 com relação ao valor registrado no RREO do 6º bimestre;
- ⊙ O saldo financeiro inicial não confere com valor do disponível registrado no Balanço Patrimonial de 2010;
- ⊙ Os valores extraorçamentários não foram detalhados nem contabilizados apropriadamente, demonstrando valores superdimensionados;
- ⊙ As disponibilidades financeiras não contemplam o saldo das aplicações financeiras.



Balanço Patrimonial

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ativo

17,4

FINANCEIRO 1,99

PERMANENTE 14,30

COMPENSADO 1,12

Passivo

17,4

FINANCEIRO 0,93

PERMANENTE 5,30

COMPENSADO 1,12

ATIVO REAL LÍQUIDO
10,07

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Ativo

1,31

FINANCEIRO 0,70

PERMANENTE 0,53

COMPENSADO 0,07

Passivo

1,31

FINANCEIRO 0,19

PERMANENTE 0,0

COMPENSADO 0,07

ATIVO REAL LÍQUIDO
1,05

Valores em R\$ Bilhões

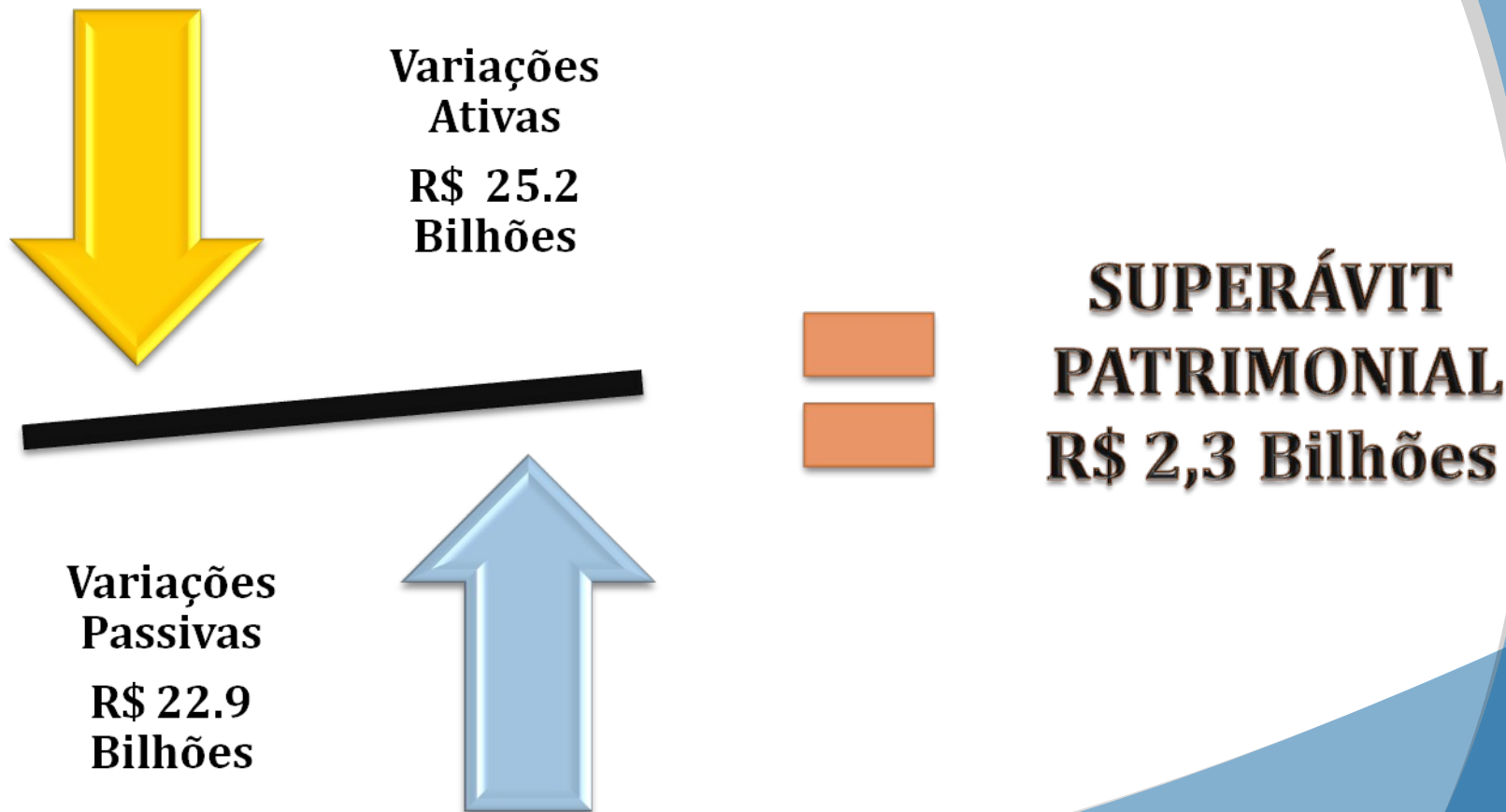


Considerações sobre o Balanço Patrimonial

- O saldo do “Disponível” difere do destacado no Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa (Anexo V do Relatório de Gestão Fiscal), havendo uma divergência na ordem de R\$ 2,191 bilhões.
- O Estado possui 5.072 imóveis, dos quais 47,24% (2.396) corresponde a imóveis registrados a R\$ 1,00.
- A Dívida Ativa teve um incremento nominal na ordem de R\$ 641 milhões em relação ao saldo de 2010.
- Falta de registro do montante de R\$ 72.959.682,48 concedido pelo Estado a título de empréstimo do FDI.
- Falha na apuração da dívida com precatórios pelo não registro das suas respectivas mutações patrimoniais



Demonstração das Variações Patrimoniais





Considerações sobre a DVP

- ⦿ Falta de destaque da origem e do destino dos recursos provenientes da alienação de ativos, em desatenção ao art. 50, inciso VI da LRF.



Empresas Estatais sob a Ótica da LRF

- Após análise detalhada das demonstrações contábeis e das notas explicativas das empresas examinadas verificou-se que o METROFOR e a ADECE não obtiveram receitas operacionais suficientes para custear suas despesas com pessoal, custeio e de investimentos, caracterizando-se portanto como empresas estatais dependentes nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF.



8. LIMITES CONSTITUCIONAIS



Despesas com Educação

- ◉ Limite mínimo de 25% das receita líquida de impostos e transferências.

Descrição	(Em Milhões)
Receita Base	10.307
Valor Mínimo (25,0% da Receita Base)	2.577
Valor Aplicado (26,8% da Receita Base)	2.766

- ◉ Gastos com profissionais do Magistério com Recursos do FUNDEB.

Descrição	(Em Milhões)
Receitas do FUNDEB	1.109
Gastos com profissionais do Magistério (64,2%)	712



Despesas com Saúde

- ◉ Limite mínimo de 12% das receita líquida de impostos e transferências.

Descrição	(Em Milhões)
Receita Base	9.163
Valor Mínimo (12,00% da Receita Base)	1.099
Valor Aplicado (17,45% da Receita Base)	1.600

Com a exclusão dos gastos de saneamento o percentual de aplicação na saúde passou a ser de 14,38% ainda acima do limite constitucional



Aplicação em Investimentos

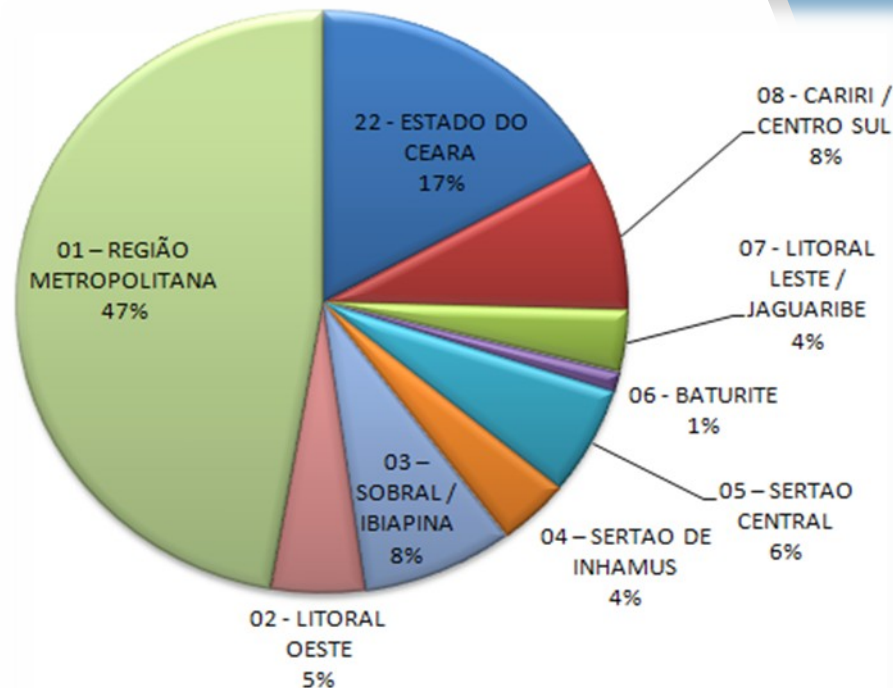
- ◉ Limite mínimo de 20% da arrecadação tributária. (Constituição Estadual, art. 205, § 2º)

Descrição	(Em Milhões)
Receita Tributária Líquida do Tesouro Estadual	4.100
Valor Mínimo (20,0% da Receita Base)	820
Valor Aplicado (20,6% da Receita Base)	843



Investimento por Macrorregião

- A Constituição Estadual no seu art. 210, estabelece que para os investimentos do setor público estadual no interior, deve ser observada dotação nunca inferior a 50% do valor global consignado para esse fim.



DESPESAS COM INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS

Interior

Total de todas as Macrorregiões

DESPESA AUTORIZADA

1.482.150.016,80

4.159.298.519,08

DESPESA EMPENHADA

1.025.286.908,77

2.786.470.565,86

VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL

35,60%

36,80%



Fundos de Financiamento ao Setor Produtivo

- O Art. 209 da Constituição Estadual estabelece que o Estado destinará recursos para a constituição de fundo destinado à aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo, ficando assegurada a utilização de, no mínimo, 50% do volume aportado em favor das micros, pequenas e médias empresas, sendo, que 50% dos recursos deverão ser aplicados no interior do Estado.

Descrição

Valor Executado (Em 1,00)

Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará - FCE

0,00

Fundo De Desenvolvimento Industrial- FDI

72.959.682,48



Aplicação de Recursos com a FUNCAP

- ⦿ Dotação mínima de 2% da arrecadação tributária Líquida. (Constituição Estadual, art. 258)

Descrição	(Em Milhões)
Receita Tributária Líquida do Tesouro Estadual	4.100
Valor Mínimo (2,0% da Receita Base)	82,01
Valor Aplicado (0,59% da Receita Base)	24,45

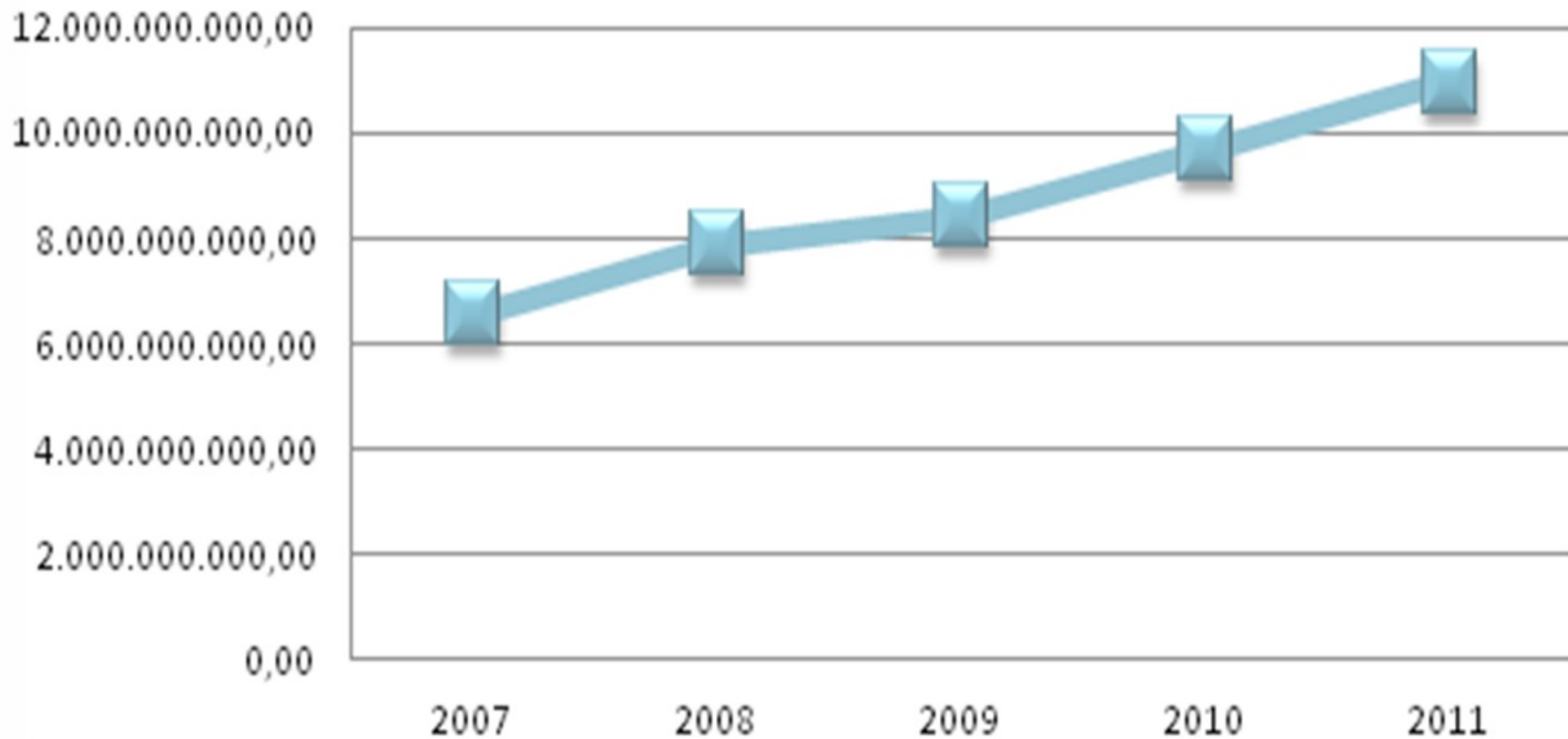


9. GESTÃO FISCAL



Receita Corrente Líquida

Evolução da RCL em Cinco Anos





Limites de Dívida e Operações de Crédito

Valores em Mil

Dívida Consolidada Líquida em Relação à RCL

MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.221.715
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.966.435
MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM RELAÇÃO À RCL	0,29 x RCL
LIMITE DA RESOL. Nº 40/2001 DO SF	2,00 x RCL

Operações de Crédito em Relação à RCL

MONTANTE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	913.073
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.966.435
MONTANTE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RCL	8,33% DA RCL
LIMITE DA RESOL. Nº 43/2001 DO SF	16,00% DA RCL

Amortização, Juros e Encargos da Dívida em Relação a RCL

Descrição	Valor
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA (1)	371.457
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA (2)	202.171
TOTAL (1 + 2)	573.628
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA-RCL	10.966.435
% DE COMPROMETIMENTO	5,23% DA RCL

Garantias em Relação à RCL

MONTANTE DAS GARANTIAS	849.513
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.966.435
MONTANTE DAS GARANTIAS EM RELAÇÃO À RCL	7,75% DA RCL
LIMITE DA RESOL. Nº 43/2001 DO SF	22 % DA RCL

Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) em Relação à RCL

LIMITE DA RESOL. Nº 43/2001 DO SF	11,50% DA RCL	MONTANTE DOS AROS	0
-----------------------------------	---------------	-------------------	---



Limite de Gastos com Pessoal

Valores em Mil

DESPESA COM PESSOAL APURADA PELA SEFAZ

DESPESA TOTAL COM PESSOAL	4.381.829
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.966.435
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	39,96%

DESPESA COM PESSOAL APURADA PELA COMISSÃO

DESPESA TOTAL COM PESSOAL	4.390.233
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.966.435
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	40,03%

LIMITE MÁXIMO (48,60%)	5.329.688
LIMITE PRUDENCIAL (46,17%)	5.063.203



Metas Fiscais

Em Milhões de Reais

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO (META)	REALIZAÇÃO
1. RECEITA TOTAL	16.974	17.095
1.1. RECEITAS NÃO – FINANCEIRAS	15.420	15.967
2. DESPESA TOTAL	17.009	14.751
2.1. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	15.407	14.085
3. RESULTADO PRIMÁRIO (1.1 – 2.1)	13	1.881
4. RESULTADO NOMINAL	-152	542

Excluindo os programas de infraestrutura e considerando a despesa pelo valor liquidado

Não atingiu a meta estabelecida na LDO

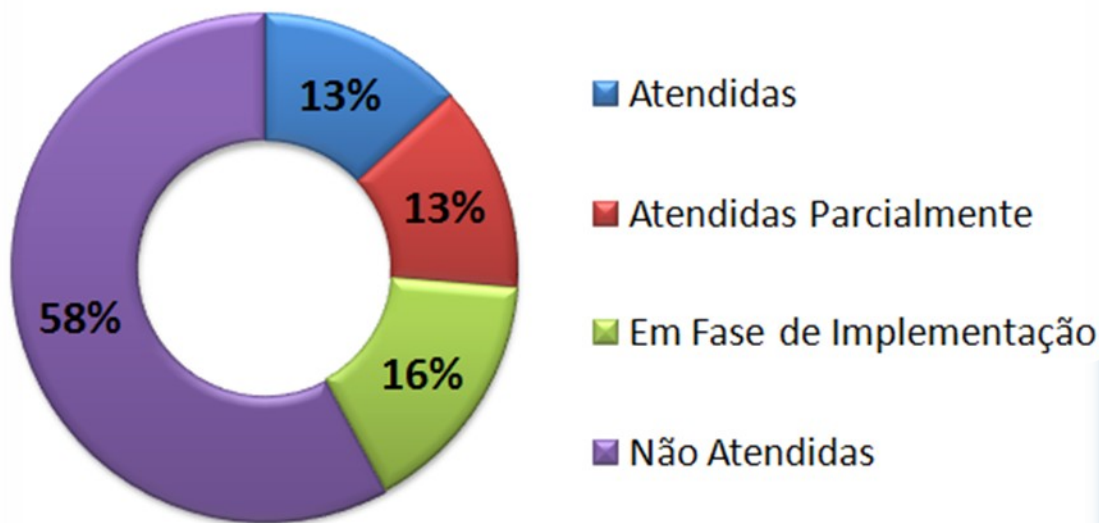


10. ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2010



ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2010

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Atendidas	5
Atendidas Parcialmente	5
Em Fase de Implementação	6
Não Atendidas	22
Total	38





11. RECOMENDAÇÕES ALUSIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011



RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E MANTIDAS EM 2011 - COMISSÃO

OCORRÊNCIAS VERIFICADAS

REMANESCENTES DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	32
OCORRÊNCIAS IDENTIFICADAS EM 2011	23
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	55

RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS

RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E MANTIDAS EM 2011	33
NOVAS RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS EM 2011	18
TOTAL DE RECOMENDAÇÕES	51



RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E MANTIDAS EM 2011 - COMISSÃO

OCORRÊNCIAS VERIFICADAS

REMANESCENTES DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	32
OCORRÊNCIAS IDENTIFICADAS EM 2011	23
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	55

RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS

RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E MANTIDAS EM 2011	33
NOVAS RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS EM 2011	18
TOTAL DE RECOMENDAÇÕES	51



RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS EM 2011 – MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS E RELATORIA

**RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS PELO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE CONTAS EM 2011 – 6 RECOMENDAÇÕES**

**RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS POR ESTA
RELATORA EM 2011 – 5 RECOMENDAÇÕES**



TOTAL DE RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS EM 2011

RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS

COMISSÃO ESPECIAL	51
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	6
RELATORA	5
TOTAL DE RECOMENDAÇÕES	62



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Missão: Exercer o controle externo da administração pública estadual, para assegurar a efetiva gestão dos recursos públicos.

www.tce.ce.gov.br